



Mulheres resistindo à violência
em diferentes contextos





Sugerimos e motivamos a reprodução total ou parcial das ideias aqui expostas por todos os meios (conhecidos ou desconhecidos), exceto para fins comerciais, e desde que citadas as fontes.

P832

Por mim, por nós e pelas outras: mulheres resistindo à violência em diferentes contextos / Verônica Ferreira; Analba Brazão Teixeira, organizadoras; Articulação de Mulheres Brasileiras, SOS Corpo Instituto Feminista, Coletivo Leila Diniz, realização. – Recife: SOS Corpo, 2010.

128 p.

1. Violência contra a mulher. 2. Movimento Feminista. I. Ferreira, Verônica, org. II. Teixeira, Analba Brazão, org. III. SOS Corpo. IV. Articulação de Mulheres Brasileiras. V. Coletivo Leila Diniz.

CDU – 396

Bibliotecária responsável: Denise F. Mendes, CRB4-1368
Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco



ARTICULAÇÃO
DE MULHERES BRASILEIRAS



Mulheres resistindo à violência
em diferentes contextos

Verônica Ferreira e Analba Brazão Teixeira (orgs)



**Realização:**

Articulação de Mulheres Brasileiras
Coletivo Leila Diniz – Ações de Cidadania e Estudos Feministas
SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

Organização:

Verônica Ferreira e Analba Brazão Teixeira

Produção Executiva:

Joana Santos e Fátima Ferreira

Edição:

SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia (Paula de Andrade, Verônica Ferreira)

Fotos:

Acervo SOS Corpo - Imagens produzidas durante os encontros de formação e articulação da AMB sobre violência contra as mulheres, realizados entre 2007 e 2009.

Revisão:

Fabiano Gonçalves

Capa e Projeto Gráfico:

Edson Corrêa de Araújo Júnior

Tiragem:

500 exemplares

Secretaria Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras
www.articulacaodemulheres.org.br / amb@articulacaodemulheres.org.br

Apoio:

Impresso no Brasil - 2010.

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio financeiro da União Europeia. Os pontos de vista expressos são de responsabilidade do SOS Corpo, não devendo, em circunstância alguma, serem tomados como expressão dos pontos de vista da União Europeia.





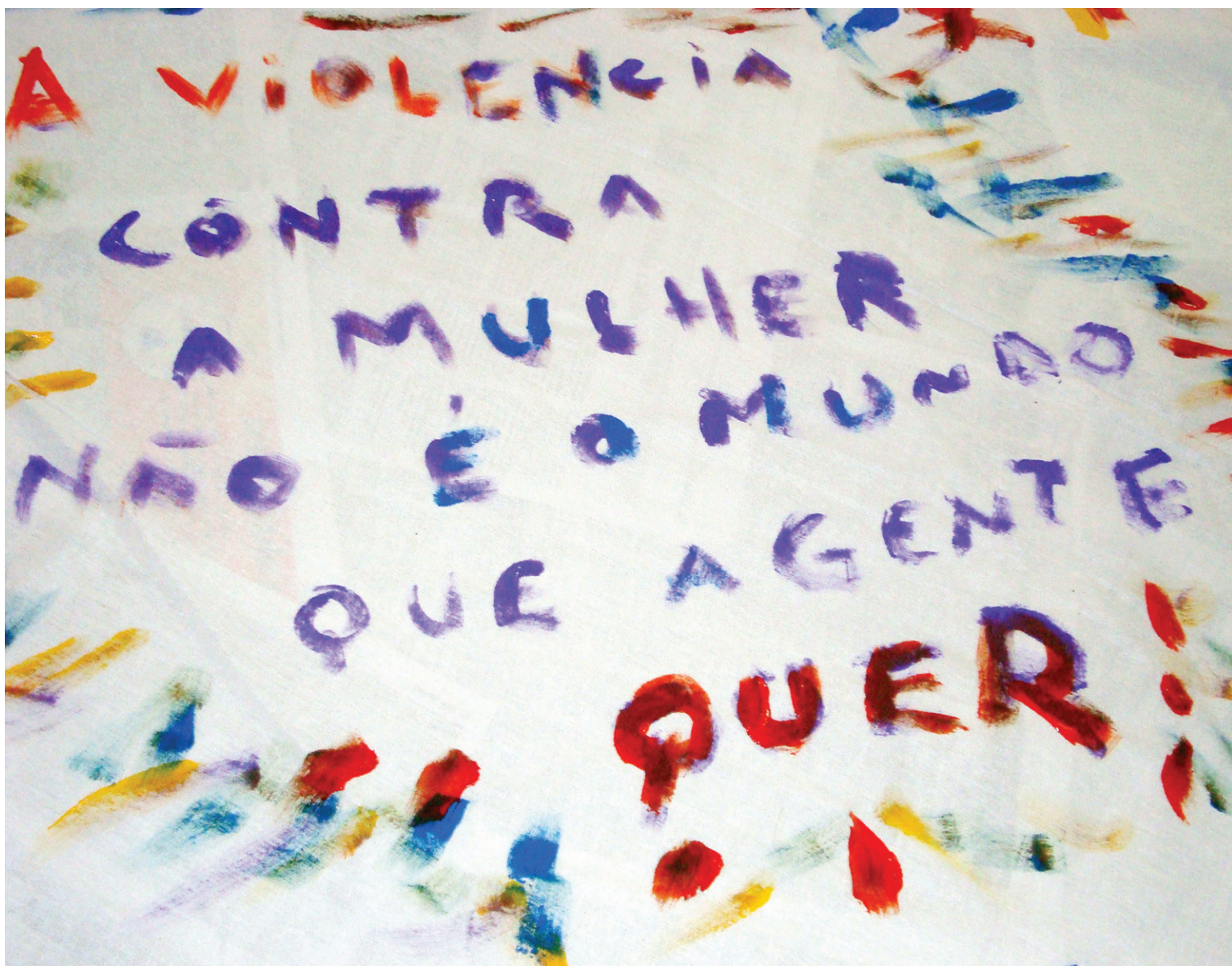
Para Heleieth Saffioti
Nesta publicação, como em tantas
outras, ela se mantém como inspiração
para todas nós.





Sumário

Introdução	11
Parte I	
Violência contra as mulheres: velhos contextos, novas questões Marco Teórico-Político referencial da AMB (autoria coletiva).....	17
Parte II	
Formação sobre violência contra as mulheres: um olhar sobre desafios pedagógicos na experiência da AMB (Brasil 2005 – 2009)	35
Verônica Ferreira e Carmen Silva	
A violência contra as mulheres em contextos diversos e adversos	59
Verônica Ferreira e Joluzia Batista	
A luta pelo fim da violência contra as mulheres: experiência história, balanço crítico e possibilidades de renovação	73
Daiany Dantas e Analba Brazão Teixeira	
“A mulher tem que ser livre como um pássaro e corajosa como uma onça”	93
Louisa Huber	
Cultura e violência: as marcas não aparentes da violência em contextos comunitários	101
Maria do Socorro Santos Ribeiro e Analba Brazão Teixeira	
Agradecimentos	115
Relação de Participantes	119





Introdução

A violência contra as mulheres é entendida e enfrentada pelo movimento feminista como uma das mais fortes expressões da dominação e opressão patriarcal sobre as mulheres. No percurso de pelo menos três décadas, no Brasil, estratégias de enfrentamento e explicações sobre o problema foram construídas. Um dos grandes resultados dessas ações foi ter instituído a violência contra as mulheres como um problema político e teórico. É o movimento feminista, com base na experiência das mulheres, das estratégias de resistência, das redes de apoio, que constrói as bases para definir, explicar as causas e determinantes, como também para formular possibilidades de enfrentamento do problema. Nesse percurso, realiza aquilo que, para Delphy (2004), é próprio do feminismo como movimento de autoemancipação, pois “as oprimidas não somente lutam contra a opressão, como também a definem”.

¹

Na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a luta pelo fim da violência está presente desde seu surgimento, nos anos 1990 e, sobretudo nos últimos cinco anos, temos nos dedicado a analisar as lacunas em nossa compreensão sobre a violência contra as mulheres, para atualizar e recriar nossas estratégias de enfrentamento.

¹ DELPHY, C. Para redescobrir o feminismo. In **Le Monde Diplomatique Brasil**. São Paulo: Instituto Pólis, maio de 2004.





Em 2004, a AMB realizou um monitoramento político nacional, das políticas e serviços de atendimento às mulheres em situação de violência, em mais de vinte estados brasileiros. Em 2005, com um conjunto de organizações e movimentos, promovemos um seminário com o objetivo de fazer um balanço das respostas do movimento de mulheres à violência contra as mulheres, incluindo o que sabíamos e o que precisávamos saber sobre o problema, no atual contexto. Também contamos com a participação de feministas acadêmicas, que apresentaram o resultado de pesquisas sobre o tema e, dentre essas, destacamos o mapeamento de teses e dissertações realizado pelo Núcleo Interdisciplinar de Gênero e Sexualidade (Niggs), que apontava a escassez de análises sobre a violência contra as mulheres em diferentes contextos – o que coincidia com a nossa nova proposta de abordagem e com questões emergentes da ação política e na experiência cotidiana das militantes da AMB.

Partimos de algumas lacunas teórico-políticas que, naquele momento, se apresentavam incontornáveis para a reflexão e a ação feminista nesse e em outros campos de luta: há articulação entre a violência contra as mulheres como mecanismo de dominação patriarcal, e outras formas de desigualdade, como a exploração de classe e o racismo? Caso admitíssemos que sim, isso significava enfrentar as desigualdades entre mulheres como determinantes de situações particulares de violência ou do agravamento das situações de violência, como no caso das mulheres negras e das mulheres mais pauperizadas na classe trabalhadora.

Outra lacuna foi a de entender que outras dimensões da desigualdade, como a lesbofobia, forjam situações de violência particulares contra lésbicas. Ademais, refletir sobre a reprodução da violência nas relações afetivoconjugais entre mulheres.





A violência doméstica e sexual contra meninas era outra grave lacuna da reflexão no movimento, o que se confirmava pelo fato de, naquele momento, não termos conseguido contar com a participação de nenhuma estudiosa ou militante feminista para abordar o problema.

Todas essas lacunas tinham como raiz comum uma visão hegemônica sobre a violência contra as mulheres como uma experiência homogênea, generalizada a partir de um único contexto: a violência doméstica e sexual cometida indistintamente contra todas as mulheres e no contexto urbano. O desafio que nos propusemos enfrentar foi o de refletir sobre a violência como elemento comum à nossa experiência como mulheres no sistema de dominação patriarcal, mas, complexificando nosso olhar sobre as desigualdades entre mulheres – estruturadas pelo racismo e pelo capitalismo, além da dimensão etária e da lesbofobia – e os contextos em que a violência doméstica e sexual contra as mulheres é agravada ou encoberta e novas formas de violência emergem. É o que acontece, por exemplo, com o avanço da militarização em várias partes da América Latina e de conflitos armados em função da ocupação de territórios por milícias, em várias cidades brasileiras.

Para enfrentar esses desafios para a luta feminista, a AMB realizou, de 2007 a 2009, **o processo de formação, articulação e diálogo sobre violência contra as mulheres**, cuja metodologia consistiu na realização de oficinas de sistematização da experiência de resistência de grupos de mulheres em contextos específicos, seguidas de encontros de formação, articulação e diálogo. Os contextos que delimitamos foram: contextos urbanos marcados por conflitos armados; contextos de conflitos agudos e contextos de aparente não-violência.





Nesta publicação, apresentamos os resultados desse processo, tanto em termos da compreensão sobre a violência contra as mulheres - coletivamente construída pelas militantes da AMB -, em diálogo com companheiras de outros movimentos e grupos de mulheres, na América Latina, como dos desafios apontados para nossa luta feminista por autonomia e liberdade.

Entre o encerramento da formação nacional e o fechamento desta publicação, vários desafios se colocaram em nossa ação política, na diversidade de contextos a partir dos quais refletimos a questão da violência contra as mulheres. Entre eles, o acirramento de conflitos em territórios afetados por grandes projetos de infraestrutura, em várias regiões do Brasil, além das ameaças à efetivação da Lei Maria da Penha e as situações de violência contra as mulheres nos processos de “pacificação” em algumas cidades, como o Rio de Janeiro.

Os artigos assinados neste livro contém reflexões de integrantes da AMB, não refletindo necessariamente toda a elaboração construída no processo de formação que deu origem aos aspectos focados nos textos aqui reunidos. Os artigos representam, portanto, um diálogo plural e aberto à consideração de contradições e pontos de vista diversos, como é próprio de processos coletivos democráticos, no interior de um movimento social.

Este caráter do diálogo ancorou o processo de construção do marco teórico da AMB, em um trabalho de parceria que envolveu as equipes do Coletivo Leila Diniz e do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia. Refletir esta diversidade na construção de consensos foi a perspectiva com a qual buscamos marcar as reflexões a seguir, tal como temos buscado construir a AMB.





Parte I:

MARCO TEÓRICO-POLÍTICO





Violência contra as mulheres: velhos contextos, novas questões

Marco teórico-político referencial da AMB

Autoria coletiva

Durante o processo de formação, nós, militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB, enfrentamos juntas o desafio de renovar nossa compreensão sobre a violência contra as mulheres. Refletindo sobre a experiência de vida e de resistência de cada uma das militantes e dialogando com o pensamento feminista já elaborado, chegamos a uma síntese de nossa compreensão sobre a violência a que nós, mulheres, estamos submetidas pelo fato de sermos mulheres, desde a infância e por toda a vida, em diferentes espaços e contextos e sob várias formas. Essa compreensão nos aporta em nossa ação política feminista, anticapitalista, antirracista e anti-lesbofóbica, e contribui para renovar nossas estratégias de resistência e luta pelo fim de toda violência contra as mulheres e de toda sujeição, “transformando o mundo, o nosso movimento e a nós mesmas” (Oliveira, 2009).





Patriarcado e violência contra as mulheres

O uso da violência foi, historicamente, um instrumento para manutenção e reprodução das relações desiguais de poder. A violência como instrumento de dominação e exploração é parte da formação social brasileira e latino-americana, historicamente estruturada pelo uso da força e do massacre para a exploração e a dominação econômica, cultural e política. Foi um instrumento para a opressão patriarcal no âmbito privado, sobre as mulheres, como também no campo da economia e da política, por meio do patriarcalismo e do autoritarismo. No Brasil, a violência deixou marcas profundas e se perpetuou nas relações de gênero, de classe e baseadas na raça/etnia. Essas marcas continuam atuais se considerarmos que, hoje, são principalmente os jovens pobres e negros que morrem em decorrência da violência nos contextos urbanos e que a violência contra as mulheres negras, de várias formas e com particularidades, segue sendo praticada e legitimada socialmente.

A violência foi um instrumento fundamental da dominação sobre negros/as, população indígena e população pobre, e, em particular, sobre as mulheres. Estas, especialmente as negras e pobres, foram historicamente atingidas pela violência, como, por exemplo, a violência sexual. Está, portanto, nas raízes da formação histórica brasileira, processo no qual o patriarcado estrutura as relações sociais entre homens e mulheres, nos espaços público e privado, a cultura, a economia e a política. A legitimidade no uso da violência está inscrita em nossa cultura, marcadamente autoritária (Chauí, 2000).

Ao longo da história, e ainda hoje, a violência tem sido um dos instrumentos de imposição e manutenção do poder de determinados grupos sociais sobre outros





e é, portanto, parte do processo de reprodução das desigualdades. Nem todas as expressões da desigualdade, porém, são violências.

Partimos da compreensão de que a violência contra as mulheres é uma expressão das desigualdades de poder nas relações sociais entre homens e mulheres, agravada pela desigualdade econômica, pelo racismo e pela lesbofobia que caracterizam a vida social.

Como expressão das desigualdades nas relações de gênero, a violência contra as mulheres é uma expressão da dominação patriarcal e um dos seus mecanismos de sustentação. Compreendemos o patriarcado como “sistema de estruturas e práticas sociais nas quais os homens dominam e exploram as mulheres” (Walby, 1989).

As diferentes formas de violência contra as mulheres revelam concepções compartilhadas por um número significativo de comunidades e pessoas, dentre as quais sobressai a ideia de que os homens detêm um poder irrestrito sobre as mulheres, o que se traduz nas diversas formas de cerceamento à sua liberdade, no controle e no uso da força. A violência é empregada contra as mulheres como um instrumento normatizador e disciplinador: para controlar e violar o corpo das mulheres, mantendo-o, do ponto de vista físico e simbólico, como propriedade e objeto dos homens; para manter a divisão sexual do trabalho; interditar a participação e organização política, tanto na esfera familiar como na pública, mantendo o confinamento das mulheres nas funções e esferas domésticas.

No âmbito doméstico, a violência é utilizada largamente pelos homens para manter a nós, mulheres, em situação de subordinação e confinamento, tolhendo nossa autonomia. No âmbito público, várias formas de violência contra as mulheres





são também expressão do poder patriarcal, que rejeita a autoconstrução das mulheres como sujeito político, a ruptura com a dependência financeira por meio do trabalho e a circulação das mulheres no espaço público, dentre outras.

Assim, o primeiro pressuposto de nossa abordagem sobre a violência contra as mulheres situa-a como uma expressão histórica de alta magnitude, nos dias atuais, da dominação patriarcal sobre as mulheres, um problema com dimensões universais.

A universalidade e as particularidades da violência contra nós, mulheres

O segundo pressuposto de nossa abordagem é o de que a violência contra as mulheres revela desigualdades de poder nas relações sociais entre homens e mulheres, mas se articula com outras dimensões de desigualdade que estruturam a vida social, notadamente a desigualdade econômica, o racismo e a lesbofobia.

A universalidade da violência contra as mulheres significa que, no sistema de dominação patriarcal, nós, mulheres, estamos todas sujeitas à violência pelo fato de sermos mulheres. Porém, estamos sujeitas e sofremos violência com particularidades, em decorrência das desigualdades econômicas e do racismo que estruturam situações de opressão e também se reproduzem por meio da violência. A violência contra nós, mulheres, também toma contornos particulares de acordo com os contextos sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais em que estamos inseridas.

Nesse sentido, partindo do pressuposto que as relações sociais de gênero, classe e raça/etnia estruturam desigualdades na vida social, compartilhamos a posição





de Saffioti (1997; 1999), para quem essas relações se articulam estruturalmente e são determinantes para que a violência contra as mulheres ocorra e se perpetue. Porém, alargamos essa compreensão ao considerarmos outros determinantes, como a dimensão afetivossexual e etária, dado que a violência contra as lésbicas e o abuso e exploração sexual de meninas são formas de violência contra a mulher de grande magnitude e que não se explicam exclusivamente pelo gênero, raça ou classe.

Há, assim, múltiplas expressões e particularidades da violência na vida das mulheres. A violência contra as mulheres, embora seja um problema universal, toma contornos diferenciados conforme os contextos econômicos, sociais e políticos de um determinado território. Por exemplo, além do conservadorismo patriarcal e da situação de desigualdade, a violência contra as mulheres pode sofrer influência, para ser mais ou menos reproduzida ou enfrentada, tanto da natureza da intervenção dos setores de maior poderio econômico em alguns contextos (como as regiões de latifúndio e expropriação violenta da terra); como da intervenção do Estado (violência institucional e abuso no uso da força), e de outras formas de violência, como aquelas que emergem no contexto urbano.

Violência simbólica e dominação

Entendemos a violência contra as mulheres como resultado de desigualdades de poder, e tais desigualdades, por sua vez, possuem dimensões materiais e simbólicas. A dimensão simbólica, na qual se reproduz a dominação, é o processo pelo qual a desigualdade e a opressão se legitimam e se naturalizam para os/as próprios/as





dominados/as. A dominação simbólica se faz por mecanismos que influenciam os esquemas de pensamento, a visão de si e do mundo das pessoas, no processo em que dominados/as são levados/as a pensar como os dominantes. Esses mecanismos são reproduzidos por meio da educação, da religião, dos meios de comunicação e da mídia de um modo geral.

A violência simbólica é fundamentalmente exercida pelas instituições, tais como o Estado, a escola, os meios de comunicação, que produzem e disseminam crenças e valores que naturalizam as desigualdades, mistificam a realidade e culpabilizam os/as oprimidos/as por sua situação. No caso de nós, mulheres, no campo da violência simbólica localiza-se, entre muitas outras, a violência cometida pelo Estado contra as negras e indígenas (ausentes dos materiais educativos e da imagética pública); a educação sexista, que naturaliza as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, e as reproduz.

São mecanismos que estão na base da construção da subjetividade, do ser no mundo das pessoas. Esses mecanismos não são percebidos, nem visíveis; no entanto, nos movem no mundo. Porque significam a imposição do pensamento de determinados grupos sociais sobre outros, negando-lhes outras possibilidades de pensamento e expressão, a dominação simbólica é, em si, uma forma de violência.





Cultura, subjetividade e violência contra as mulheres

A violência contra as mulheres é explicada pelas desigualdades nas relações sociais fortemente influenciadas pela cultura – crenças, valores e ideias socialmente partilhadas – numa sociedade patriarcal. É o que se revela, por exemplo, nas concepções e valores atribuídos às relações amorosas, como a ideia de desvalorização da mulher que perpassa várias culturas.

As mulheres, em todas as culturas, foram colocadas num *status* secundário, uma subordinação pancultural. Isso reifica seu lugar nas relações, justificando sua vinculação a funções ligadas ao cuidado. Seus poderes reconhecidos socialmente estão atrelados à sua vinculação com a ‘natureza’, o que menospreza suas intervenções no mundo público e as reações construídas como resistência a essa estrutura de dominação.

A dimensão da subjetividade nos auxilia a compreender de onde vem a “força” que nos impele à situação de opressão. A subjetividade é uma construção social? Sim. Não nascemos com ideias, elas se constroem ao longo de nossas vidas, trajetórias e lugares. Ensinam-nos o afeto como cuidado e o cuidado como próprio das mulheres. A subjetividade engloba tudo o que é próprio à condição de ser sujeito: capacidades sensoriais, afetivas, imaginativas e racionais envolvidas nos processos de perceber, compreender, decidir, sentir e agir.

As subjetividades são construídas historicamente e nas relações sociais – de gênero, classe, raça e geração. Não existe, portanto, um modo de ser inato das mulheres, com o qual já nascemos. No entanto, as estruturas materiais e simbólicas





e as práticas sociais influenciam no modo de ser e agir próprio de cada indivíduo. A subjetividade não é uma expressão simplesmente individual e pertinente ao repertório exclusivo de cada pessoa – ela expressa o modo de viver e os valores de uma determinada época ou sociedade. Na cultura brasileira, sobressai a dominação religiosa e a opressão com a população negra e pobre e a sujeição das mulheres. A opressão e a violência minam as possibilidades de autoconstrução como sujeito daqueles/as que nascem, vivem e são socializados sob relações de opressão. Isso é fundamental para compreender a maior dificuldade de autoafirmação e construção da resistência entre mulheres de classes populares e negras, cotidianamente submetidas a diversas formas de desvalorização pessoal. A construção da subjetividade não se dá da mesma maneira para mulheres negras e não negras, assim como para mulheres pobres e de classe média ou burguesa.

Assim, além dos aspectos estruturais, os aspectos subjetivos envolvidos na situação de violência constituem uma dimensão insuprimível na abordagem do problema. As questões subjetivas são importantes para compreendermos o fato de muitas mulheres permanecerem na situação de violência. A condição de subordinação/secundarização das mulheres dentro dos espaços de construção e reprodução culturais influencia na formação de suas subjetividades. Há códigos que delimitam poderes práticos para as categorias concebidas como ‘homem’ e ‘mulher’. Além dos códigos culturais, a divisão sexual do trabalho, o confinamento no espaço doméstico e a falta de autonomia corroboram com o “*status inferior*” atribuído às mulheres, num processo de negação do sujeito – o que pode ser compreendido como elemento estruturante de violência.





Ao atentarmos para os aspectos subjetivos, não queremos reduzir a explicação do problema a eles, nem tampouco patologizá-lo, tratando-o como distúrbio passível de cura por meio de tratamento médico e psicológico, individual ou familiar. Estamos considerando aspectos tais como a importância dos vínculos afetivos entre as mulheres em situação de violência e seus agressores, e o modo como a cultura estimula e reforça essas atitudes, como também considerando a violência psicológica como uma forma de violência bastante recorrente e grave, e nem sempre suficientemente visibilizada. Romper com a dominação que se incrusta em nossas subjetividades é também parte da construção da resistência e da luta política.

Nessa perspectiva, consideramos também que os elementos culturais que também constroem nossas subjetividades e estabelecem padrões de relações amorosas vulnerabilizam a nós, mulheres. É o caso do “mito do amor romântico”, que naturaliza ideias de simbiose, posse, controle e dominação, travestindo-as de expressão de afeto, e que leva muitas mulheres tanto a vivenciarem relações violentas como a dificuldades de reconhecer e romper com situações de violência.

Os sistemas de dominação patriarcal, racista e capitalista produzem um conjunto de instituições, relações e práticas sociais nas quais se forja uma determinada forma de subjetividade para as mulheres, a qual definimos neste processo como “subjetividade violada”: as mulheres são socializadas para estarem a serviço de outrem e não se tornarem sujeitos de suas próprias vidas (Chauí, 1989). No patriarcado, as mulheres são vistas como intelectual e moralmente inferiores, submissas e disponíveis. Dessa maneira, as mulheres são socializadas como seres que existem para outros e não para si mesmas, autoconstruindo-se como sujeitos, com projetos de vida.





A violência é empregada para violar a construção de novas subjetividades ou tolher as subjetividades dissidentes, como ocorre quando as mulheres rejeitam determinado modo de ser, agir, pensar e sentir. É o que ocorre, por exemplo, na violência contra lideranças de movimentos, praticadas por homens e agentes do Estado, que tolhem a subjetividade dissidente em construção. Também encontramos essa realidade nas mais variadas formas de violência institucional e na violência simbólica que atinge de modo particular as mulheres negras: o modo como a imagem da mulher negra foi invisibilizada nos documentos históricos e das imagens públicas (negação da existência) ou no modo como a mídia veicula a imagem da mulher negra reduzindo-a a um corpo sexualizado e exposto, ou disponível, para a violação e exploração.

Na discussão sobre a dimensão subjetiva na situação de violência, debates intensos e polêmicos têm sido travados no campo feminista, e para além dele, sobre a ideia de “vitimização” das mulheres. Nesse campo de debate, há diálogo e confronto entre algumas autoras, especialmente no que se refere à categoria patriarcado e ao lugar das mulheres: há uma crítica à ideia de patriarcado que conduziria a uma visão estática, reservando às mulheres invariavelmente o lugar de “vítimas” e retirando-lhes a possibilidade de serem vistas como sujeito.

Trabalhar com o fato de que as mulheres são vítimas, na medida em que a violência é praticada contra elas, não significa negar a sua condição de sujeito. Pelo contrário, ser vítima significa que, ao sofrer uma violência, as mulheres são agredidas na sua condição de sujeito (sua autonomia, seu projeto, sua integridade, sua liberdade de ir e vir etc.), o que não significa que tiveram sua condição de sujeito totalmente





suprimida ou para sempre impedida ou mesmo que são não-sujeito (Saffioti, 1997). Tanto é assim que muitas mulheres resistem ou reagem à situação de violência, afirmando a sua condição de sujeito, resgatando-a ou mesmo construindo-a. Um elemento é central na distinção entre vítimas e sujeitos: a desigualdade de poder que marca as relações entre homens e mulheres. Isso faz cair por terra qualquer perspectiva na qual as mulheres são tomadas como vítimas passivas da violência. Mesmo quando não é possível reagir ou quando permanecem na situação de violência, pode significar que cedem a essa situação, e não que consentem (Saffioti, 1997).

Considerar a dimensão subjetiva e a experiência singular da violência nos leva também a uma visão das mulheres como sujeito integral dotado de corporeidade. Nós, mulheres, somos nosso corpo, compreendido como primeiro lugar em que a opressão ou a liberdade se constrói e expressa (Ávila e Gouveia, 1997).

A dimensão corporal está implicada na questão da violência por pelo menos duas razões principais: primeiro, a violência é empregada como um modo de dominar, violar ou controlar nosso corpo e nossa sexualidade, uma vez que o corpo das mulheres, no patriarcado, é visto como domínio masculino, o que está na raiz da violência sexual, que, na grande maioria dos casos, acontece nas relações afetivoconjugais, mas também nas outras formas de violência, inclusive contra as mulheres que manifestam autonomia sobre seu corpo. As ideias disseminadas sobre o corpo das mulheres negras dão origem a diversas formas de violência, como, por exemplo, o tráfico para fins de exploração sexual. Nos contextos de guerra, a violência sexual contra as mulheres é usada como demonstração de domínio de determinado território. Novas formas de violência surgem atreladas à exploração do corpo pela utilização, por exemplo, das





novas tecnologias da comunicação, como os celulares e a Internet, com a utilização de comunicadores instantâneos online e as redes de relacionamento virtuais, em que é cada vez mais frequente observarmos a exposição e os ataques machistas a mulheres pelos seus ex-companheiros, numa releitura dos crimes de honra, com a divulgação de fotos (verídicas ou não) e a criação de perfis fictícios que violam a privacidade e colocam as mulheres em situação de vulnerabilidade.

A segunda razão é que é no corpo que a violência se exerce, deixando marcas físicas ou psíquicas. A visão do corpo como território no qual habita nosso ser (AMB, 2008) é importante para entender os impactos da violência sobre nós, mulheres. A violação do corpo das mulheres fere nosso território primeiro de intimidade, nossas subjetividades e nosso ser, e essa dimensão precisa ser considerada quando tratamos da violência considerando as mulheres como seres integrais.

Violência contra as mulheres, democracia e direitos humanos

A violência contra as mulheres é também denunciada como uma violação dos direitos humanos tolerada e, muitas vezes, perpetrada pelo Estado e seus agentes. A manutenção de uma parcela importante da população sob o jugo e o domínio de outras pessoas, em permanente situação de medo e com severos limites à sua circulação pública e ao exercício de seus direitos básicos – ao trabalho, à participação política, à saúde etc. – é, ao nosso ver, um sério limite à realização da democracia em nosso país.





A noção de direitos humanos esteve historicamente vinculada à proteção frente ao uso da violência pelo Estado. Para o feminismo, foi importante na construção da visão das mulheres como sujeito e para promover a alteração na cultura e na política. No caso da violência contra as mulheres, baseou a luta no plano normativo internacional, fazendo do Estado responsável pelos casos impunes de violência contra as mulheres, o que foi importante para a construção de políticas públicas e legislações. Hoje, é conceito importante para o questionamento das crenças e valores que naturalizam a violência contra as mulheres, na perspectiva de construção de uma cultura de direitos humanos.

A democracia não se realiza em situações de ausência de liberdade, dominação e uso da força; do mesmo modo, nessas situações, as relações de poder a que estão submetidas mulheres, população negra, homossexuais e lésbicas, jovens e idosos, tendem a se cristalizar e a tornarem-se mais violentas.

Entendemos, portanto, que a violência contra as mulheres não pode ser pensada, explicada ou tratada de modo dissociado com as outras violências. E, finalmente, a violência em geral, e a violência contra as mulheres em particular, são um problema de justiça e cidadania e, portanto, da democracia.

Referências bibliográficas

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1973.

Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB. **Relatório do I Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres**. Rio de Janeiro, maio/2007. (mimeo)





_____. **Relatório do II Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.** Belém, outubro/2007. (mimeo)

_____. **Relatório do III Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.** Vitória, março/2008. (mimeo)

ÁVILA, Maria Betânia; GOUVEIA, Taciana. Notas sobre direitos reprodutivos e direitos sexuais. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina Maria (orgs.). **Sexualidades brasileiras.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 160-172.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BANDEIRA, L.; & SUÁREZ, M. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; & UMBEHAUM, S. G. **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: Editora 34, 2002.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Tese de doutorado. São Paulo: USP, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: esta nossa (des)conhecida.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Contra a violência.** Entrevista para Portal PT. 2006.

_____. Participando do debate sobre mulher e violência. In: **Perspectivas antropológicas da mulher**, n. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

CORREA, Mariza. **Morte em família.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.

GROSSI, M. P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas.** 473: 1994.

_____; MINELLA, Luzinete Simões; PORTO, Rozeli (org.). **Depoimentos: trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. 384 p.

_____; MINELLA, Luzinete Simões; LOSSO, Juliana Cavilha Mendes. **Gênero e violência: pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005).** Florianópolis: Editora Mulheres, 2006. 96 p.

MACHADO, L. Z.; MAGALHÃES, M. T. B. Violência conjugal: os espelhos e as marcas. In: SUAREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. (Org.). **Violência, gênero e crime no Distrito Federal.** 1a. ed. Brasília: Editora da UnB/Editora Paralelo 15, 1999. p. 173-237.

OLIVEIRA, Guacira. **Palestra nos Diálogos Feministas**, VII Fórum Social Mundial, Nairóbi-Quênia, Janeiro de 2007. Publicado em www.articulacaodemulheres.org.br, acesso em 07 de outubro de 2009.





PORTELLA, A. P. **Conexões perversas**. Recife: SOS CORPO, Novembro, 2005. (mimeo)

PULEO, A. H. Patriarcado. In: AMOROS, C. (Dir.) **10 palavras-clave sobre mujer**. Navarra: Verbo Divino, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B. O estatuto teórico da violência de gênero. In **Violências no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: **Lutas sociais n. 2**. São Paulo: PUC-SP, 1997.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

TEIXEIRA, Analba Brazão. **Nunca você sem mim. Homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais**. São Paulo: Anablume, 2009.

TELES, Maria Amélia de; & MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Brasiliense, 2002 (Coleção Primeiros Passos, nº 314).





Parte II:

ARTIGOS





Formação sobre violência contra as mulheres: um olhar sobre desafios pedagógicos na experiência da AMB (2005-2009)²

Verônica Ferreira e Carmen Silva

No Brasil, a luta do movimento feminista pelo fim da violência contra as mulheres se confunde com a própria constituição do movimento no país, nos anos 1980. Nesta década, a denúncia dos assassinatos de mulheres e das absolvições de agressores sob a alegação de legítima defesa da honra mobilizou grupos e movimentos em várias partes do país. Relacionadas a esta iniciativa, que colocou na cena pública a violência contra as mulheres como problema social relevante e como situação inaceitável, desenvolveram-se outras estratégias que foram as redes de solidariedade, os grupos de reflexão com mulheres em situação de violência, os grupos de autodefesa e autofortalecimento, como também a construção de políticas públicas para o enfrentamento do problema.

² Texto publicado em SILVA, Carmen (Org.). **Experiências em pedagogia feminista**. Recife: Edições SOS CORPO, 2010.





Pode-se afirmar que a primeira grande conquista do movimento foi tornar problema público uma situação até então na mais silenciada naturalização. A ação mobilizadora e de denúncia realizada pelo movimento, tão contundentemente expressa em insígnias como “quem ama não mata”, trouxe à tona a violência como expressão da dominação patriarcal sobre as mulheres, sobretudo na esfera doméstica.

Os grupos de reflexão e autodefesa objetivavam o fortalecimento das vítimas para enfrentar as situações de violência e construir sua autonomia. Ainda nos anos 1980, foram implantadas as primeiras delegacias especializadas de atendimento às mulheres, que se estenderam para todo o país, seguidos de ampliação deste modelo. A luta por serviços de assistência às mulheres vítimas de violência e por uma rede intersetorial para atenção às mulheres vítimas de violência doméstica e sexual ganhou centralidade na experiência do movimento, nas décadas seguintes. No entanto, pouco avançamos até hoje na construção e implementação de políticas integradas para o enfrentamento do problema.

A violência contra as mulheres também ganhou relevância teórica e se tornou objeto de estudos e, tanto no âmbito das organizações feministas como na academia, em distintos campos de saber e a partir de diferentes abordagens e vertentes teóricas. Algumas dessas interpretações colocavam em xeque a própria abordagem feminista sobre o problema, sobretudo aquela ancorada na compreensão da violência contra as mulheres como expressão e mecanismo de sustentação do patriarcado, perspectiva com a qual concordamos. Trata-se, portanto, de uma luta vasta, com forte adesão no movimento e inúmeros resultados que precisavam passar por reflexão e ser





apropriados pelo movimento. Na Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), esta experiência começou a ser discutida nos últimos cinco anos, em vários processos, com vistas a atualizar a reflexão sobre a questão, identificar desafios e renovar sua prática política. É neste esforço de refundamentação e atualização crítica da luta feminista pelo fim da violência contra as mulheres que o processo de formação nacional das militantes da AMB foi pensado e realizado.

Aqui sistematizamos algumas reflexões sobre os desafios da formação feminista com base na experiência de formação sobre violência contra as mulheres entre militantes da AMB, coordenada por duas organizações feministas integrantes deste movimento – o SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia e o Coletivo Leila Diniz. Refletimos sobre os desafios político-pedagógicos, ao mesmo tempo assumidos, enfrentados e emergentes dessa experiência de formação de militantes do movimento feminista sobre uma das principais expressões e mecanismos de reprodução da dominação patriarcal sobre nós mulheres, tomando como base os princípios da educação popular feminista.

Formação a partir da experiência

Com o objetivo de conhecer a realidade da violência contra as mulheres nos diversos estados brasileiros, a AMB realizou nos anos de 2004 e 2005 um monitoramento político, no qual foi identificada uma série de lacunas e questões para ação política, como também a diversidade das estratégias de luta no âmbito do próprio movimento. As principais lacunas identificadas foram:





- o fato de a experiência de luta contra a violência ter estado concentrada em alguns segmentos do movimento de mulheres, necessitando, portanto, ser apropriada, discutida e tomada como elemento de aprendizagem de amplos setores do movimento de mulheres que têm se engajado nesta luta nos anos recentes. Ademais, era preciso conhecer e socializar as experiências de resistência e luta destes segmentos, tais como organizações de mulheres indígenas, grupos e organizações de mulheres ribeirinhas, quilombolas, trabalhadoras rurais e moradoras do campo;
- a carência de discussão e de diagnósticos da situação de violência contra as mulheres em contextos distintos da realidade brasileira;
- a necessidade de construção de um marco teórico e referencial da compreensão sobre violência contra as mulheres, com base na reflexão sobre a experiência e no conhecimento já produzido sobre a questão.

Em 2005, em parceria com outras organizações feministas e movimentos, foi realizado em Recife um seminário nacional³ com o objetivo de debater as lacunas nas respostas do movimento feminista à violência contra as mulheres, considerando novos contextos e novas questões colocadas para a ação política do movimento, que nos desafiavam a complexificar a abordagem do problema.

Dentre estas problematizações, estavam a percepção do acirramento da violência contra as mulheres no contexto de conflitos derivados da presença do tráfico de drogas em áreas metropolitanas, como também as conexões entre desigualdade

³ Seminário Nacional Violência contra as Mulheres: um olhar crítico sobre desafios e perspectivas, realizado em Recife, de 24 a 26 de novembro de 2005, por SOS Corpo e AMB.





de classe, racismo e de gênero e as particularidades da violência contra as mulheres negras, lésbicas e meninas. No contexto de discussão do projeto de lei que viria a culminar na promulgação da Lei Maria da Penha, a questão dos agressores também exigia reflexão crítica. Pensadas de maneira homogênea, as políticas públicas se mostravam insuficientes para dar conta dessas questões, havendo também poucas respostas nas proposições do movimento.

- Nesse percurso, pudemos constatar a predominância no movimento da visão de violência doméstica e sexual contra as mulheres concentrada no contexto urbano. Conforme está sintetizado em documento da AMB:⁴

Todas estas lacunas tinham como raiz comum uma visão hegemônica sobre a violência contra as mulheres como uma experiência homogênea, generalizada a partir de um único contexto: a violência doméstica e sexual cometida indistintamente contra todas as mulheres e no contexto urbano. O desafio que nos propusemos enfrentar foi o de refletir sobre a violência como elemento comum à nossa experiência como mulheres no sistema de dominação patriarcal, mas complexificando nosso olhar sobre as desigualdades entre mulheres – estruturadas pelo racismo e pelo capitalismo, além da dimensão etária e da lesbofobia – e os contextos em que a violência doméstica e sexual contra as mulheres é agravada ou encoberta.⁵

Ao mesmo tempo, estava disseminada no movimento uma conceituação generalizante de violência baseada na idéia de tipificação (física, sexual e psicológica, moral, doméstica etc.) que perdia de vista o porquê da violência contra as mulheres

⁴ Violência contra as mulheres: novos contextos, velhas questões. Marco teórico-político da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB sobre violência contra as mulheres. Recife/Natal: AMB, 2009. Conteúdo atualizado na primeira parte desta publicação.

⁵ AMB, op. Cit., p.3.





acontecer, permanecer e em muitos contextos recrudesce. O termo violência contra as mulheres, no cotidiano da ação política, mais nomeava uma situação do que a definia e explicava.

Foi com vistas a enfrentar estas lacunas e refundamentar a luta feminista pelo fim da violência contra as mulheres que o processo de formação nacional foi realizado, com base no diálogo entre a prática política historicamente construída pelo movimento, na experiência de suas militantes e na explicação teórico-política produzida sobre a questão.

O desafio assumido foi o de produzir coletivamente no movimento novos conhecimentos sobre a violência contra as mulheres que orientassem a ação política, com base na educação popular feminista. O processo foi então construído com base em dois vetores fundamentais da formação feminista, segundo Camurça: “o esforço de elaboração coletiva para uma explicação sobre a situação das mulheres, associado ao esforço de pensar e repensar as formas de ação coletiva do movimento para superar esta situação.”⁶

A primeira etapa de planejamento foi a construção de uma concepção comum de formação e sobre a problemática pelas duas organizações feministas responsáveis pelo processo, em diálogo com a direção política da AMB. Nas primeiras reuniões realizadas entre educadoras responsáveis pelo processo, colocamos em discussão a concepção teórico-política das duas organizações, com experiências em muito convergentes mas também diferenciadas de atuação e abordagem do problema,

⁶ CAMURÇA, Silvia. Nós mulheres e nossa experiência comum. Cadernos de Crítica Feminista, ano 1, n. 0. Recife: SOS Corpo, dez. 2007. p. 13.





nossas experiências de formação e a concepção de formação coerente com o modo da AMB pensar-se e ser movimento feminista.

Foram assumidas responsabilidades diferenciadas no processo, com base no saber acumulado em cada organização: a coordenação pedagógica dos encontros de formação ficou sob responsabilidade do SOS Corpo, em função da experiência já acumulada e dos desafios então colocados no interior da organização sobre a prática educativa popular feminista; e o mapeamento e a sistematização das experiências de resistência foram assumidos pelo Coletivo Leila Diniz, dada a ampla experiência da organização em processos desta natureza. Ao longo do processo de formação, estas fronteiras foram mescladas de modo que a reflexão pedagógica e sobre sistematização do processo foram compartilhadas pelas duas organizações, em intercâmbios e nas práticas realizadas no interior do processo de formação.

Destas primeiras discussões, resultaram o desenho do processo de formação e uma primeira proposta de marco teórico-político referencial com os pressupostos preliminares de nossa abordagem sobre o problema,⁷ a ser reelaborado a cada momento do processo.

O processo

O processo foi estruturado em três jornadas de trabalho,⁸ compostas de oficinas de reflexão e sistematização e encontros nacionais de formação, articulação

⁷ Violência contra as mulheres: novos contextos, velhas questões. Marco teórico-político da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB sobre violência contra as mulheres. Recife/Natal: AMB, 2009. Conteúdo atualizado na primeira parte desta publicação.





e diálogo. Foram realizadas três jornadas focando a violência contra as mulheres em contextos específicos da realidade brasileira e latino-americana. O intercâmbio de experiências com movimentos de outros países da América Latina que também atuam e desenvolvem formas próprias de luta em cada contexto também fizeram parte dos encontros nacionais.

Posteriormente aos encontros, em outubro de 2008, foi realizado um seminário latino-americano de diálogo e intercâmbio de experiências de luta pelo fim da violência contra as mulheres. Em agosto de 2009, foi realizado um encontro final com as participantes dos três encontros, para socialização dos resultados sistematizados.

Cada encontro de formação tomou um contexto específico para tentar compreender como ali se dá a violência contra as mulheres: contexto urbano com forte incidência de violência, com foco nas áreas metropolitanas; contexto de conflitos agudos (conflito civil, confronto violento com poder público, como grandes projetos de desenvolvimento; e com elites econômicas, como o agronegócio) e contexto de invisibilidade da violência contra as mulheres (algumas áreas rurais, comunidades tradicionais, ribeirinhas etc.).

As oficinas de reflexão e sistematização, realizadas previamente aos encontros, aconteciam a partir de mapeamento de grupos ou movimentos locais e regionais que

⁸ Cada jornada tinha duração de seis dias. No primeiro, aconteciam oficinas de reflexão e sistematização sobre práticas locais de resistência apenas com integrantes dos grupos previamente mapeados. O segundo dia, com as participantes do Comitê Político da AMB, era também o primeiro dia do encontro nacional de formação, articulação e diálogo e estava voltado para a reflexão individual sobre a violência contra as mulheres (com foco na violência que nos marcou), seguido de um dia de elaboração sobre as causas e raízes da violência contra as mulheres. No terceiro dia, discutíamos as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres e o marco dos direitos humanos. O quarto dia era dedicado ao intercâmbio de experiências de resistência e o último dia, a uma síntese sobre a *práxis* feminista no enfrentamento à violência e dos desafios para a ação política e a continuidade do processo.





lutavam pelo fim da violência. Em um primeiro momento, foram realizadas oficinas facilitadas por militantes dos fóruns ou redes integrantes da AMB com os grupos que foram mapeados no mesmo estado de atuação do fórum ou rede, ou seja, aconteceram oficinas locais com o objetivo de identificar o quadro da violência contra as mulheres existente naquele contexto e o modo como os grupos ou movimentos faziam sua resistência. O segundo momento de diagnóstico e sistematização das situações e formas de resistência acontecia no espaço de oficinas realizadas previamente ao encontro nacional, já contando com a presença de todos os grupos mapeados em relação àquele contexto específico que estaria em debate.

As oficinas eram momentos de sistematização e intercâmbio entre as mulheres das distintas experiências, que seriam posteriormente discutidas no encontro; de levantamento e sistematização das situações de violência contra as mulheres e das resistências que tomavam lugar em cada contexto; de socialização e reflexão sobre as situações e a ação política; e, ainda, de articulação e diálogo entre as diversas experiências de resistência e luta. O intercâmbio de experiências locais com organizações feministas da Colômbia e da Guatemala foi parte dos encontros de formação.

A definição dos sujeitos que participariam destas oficinas de intercâmbio foi um elemento político-pedagógico importante no processo. Os grupos e organizações que foram mapeados e convidados a realizar o intercâmbio de suas experiências não eram necessariamente integrantes da AMB. Isto porque tínhamos como objetivo conhecer e aprender no diálogo com a experiência de outros grupos, organizações e movimentos que existem e resistem nestes contextos, abrindo, assim, espaço para o





novo emergente dos contextos e ampliando a reflexão para outros segmentos que, no cotidiano, realizam sua resistência.

O primeiro encontro nacional foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, em maio de 2007, e teve como foco o contexto de “forte incidência da violência em áreas metropolitanas”. As experiências locais de resistência indicadas a participar foram as dos seguintes grupos: mulheres da região do Cariri, região do estado do Ceará marcada por homicídios sucessivos de mulheres; Promotoras Legais Populares da cidade de São Paulo; jovens mulheres integrantes do projeto Minas da Rima, do Rio de Janeiro; grupo Cidadania Feminina, que atua no Córrego do Euclides, em Recife, e realiza a experiência do apitaco; e Grupo de Mulheres do Calafate, bairro da cidade de Salvador com grande incidência de conflitos gerados pela presença do narcotráfico. A Red Nacional de Mujeres, movimento que atua no enfrentamento à violência contra as mulheres na cidade de Bogotá, na Colômbia, foi a convidada latino-americana.

No segundo encontro, realizado em Belém, em outubro de 2007, refletimos sobre a violência contra as mulheres no contexto que denominamos de “conflitos agudos”. O intercâmbio de experiências nacionais foi realizado com o Movimento de Mulheres Camponesas – sua ação contra a Aracruz Celulose; o Movimento de Mulheres de Altamira, formado por mulheres que se auto-organizam para enfrentar a implantação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte; e as mulheres da Organização de Mulheres Indígenas de Roraima-OMIR. O intercâmbio latino-americano foi realizado com a Ruta Pacífica de las Mujeres, movimento feminista e pacifista que enfrenta a violência contra as mulheres no contexto do conflito armado colombiano.





O terceiro encontro foi realizado em Vitória, em março de 2008, e teve como foco a violência contra as mulheres no contexto de invisibilidade da questão. Partilharam suas experiências de resistência as mulheres ribeirinhas do interior do Acre; mulheres de comunidade quilombola do Espírito Santo; mulheres de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST da Bahia; e Letícia Matsá, liderança indígena com grande atuação no estado do Acre. Neste encontro, não contamos com nenhuma convidada de outro país latino-americano.

Os encontros nacionais de formação, articulação e diálogo foram construídos como espaços para promover a reflexão sobre as práticas locais e os resultados das oficinas, para debater a experiência e a reflexão sobre violência contra as mulheres e o conhecimento acumulado pelo feminismo e, ainda, para compartilhar o que já está acumulado no movimento como avaliação de sua prática política e aprofundar a elaboração crítica sobre o presente contexto da violência, em termos tanto de Brasil como de América Latina.

Os intercâmbios realizados durante os encontros tinham o sentido de refletir sobre os diversos contextos da violência contra as mulheres (que não é a mesma em todos os lugares, ainda que permaneça em todos os lugares) e a diversidade das formas de resistência e luta de cada movimento ou organização nos limites de cada contexto – num processo em que o movimento passa a conhecer o próprio movimento.

Elaborar uma nova abordagem sobre violência contra as mulheres em um processo calcado na educação popular feminista impôs uma série de desafios pedagógicos, para os quais, no primeiro momento, a equipe de educadoras teve





dificuldades em oferecer respostas. A metodologia do primeiro encontro de formação não favoreceu o diálogo entre teoria e experiência, e a própria reflexão sobre a violência contra as mulheres ficou ofuscada pela violência que definia aquele contexto – a violência associada aos conflitos entre grupos ligados ao tráfico de drogas e entre estes e forças policiais nas áreas urbanas.

A partir de uma rigorosa avaliação deste primeiro encontro, intensificamos a reflexão pedagógica sobre o processo e nos dedicamos a reinventá-lo. Criamos vários momentos de discussão e preparação da equipe de educadoras em torno dos vários desafios pedagógicos que o processo nos colocava.

Os encontros foram pensados como espaço para reflexão e elaboração de cada militante sobre as diversas experiências – a experiência de cada participante em relação à violência contra as mulheres e seu enfrentamento, a experiência de cada movimento ou grupo no enfrentamento do problema em cada contexto, a experiência do movimento feminista e a experiência das educadoras responsáveis pelo processo. Recuperamos a reflexão sobre a experiência individual de cada uma em relação à questão como base para pensarmos nossa experiência comum como mulheres na sociedade patriarcal – resgatando uma marca fundamental da formação feminista. Esse processo favoreceu que refletíssemos sobre a violência contra as mulheres não como algo que diz respeito a outras, mas também a nós mesmas, favorecendo a consciência de nossa opressão e resgatando a capacidade de dizer “nós”, sob a qual se funda todo movimento.

Partindo da noção de integralidade dos sujeitos e de que nós somos nosso próprio corpo, as vivências corporais também foram incorporadas como elemento





metodológico fundamental, atentando-nos para necessidades e exigências próprias no que diz respeito a uma formação sobre violência contra as mulheres em que a experiência individual de vivência do problema é um dos componentes da reflexão. Uma das militantes da AMB, Louisa Huber, com grande experiência no fortalecimento das mulheres em situação de violência a partir do trabalho com o corpo, integrou-se à equipe de educadoras responsáveis pelo processo.

Como nos ensina Freire,⁹ “boniteza e decência”, estética e ética, são componentes fundamentais da prática educativa. Também buscamos unir ética e estética na construção do ambiente pedagógico de cada encontro e como forma de compartilhar de que maneira estas dimensões se expressam na luta dos movimentos e organizações ali reunidos. A poética do espaço buscou trazer à tona a leveza, a alegria e a disposição para a fruição como instrumentos para o conhecer e o formar-se de cada uma.

Cada contexto nos colocou desafios pedagógicos próprios. Para a reflexão sobre os contextos de invisibilidade da violência contra as mulheres, refletimos que a realização de uma oficina com a metodologia de linha da vida seria a forma mais adequada de identificar a experiência das mulheres que ali viviam a questão. Como nem todas as educadoras haviam já facilitado ou participado de uma linha da vida, realizou-se uma oficina desta natureza com toda a equipe responsável, facilitada por outra educadora do SOS Corpo.

De cada encontro emergiram desafios políticos para a luta feminista pelo fim da violência e desafios pedagógicos para a formação feminista, em particular a formação

⁹ FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.





voltada para movimento, os quais se situam para além deste campo de luta e que se referem ao próprio (re)construir da prática educativa feminista hoje.

Os desafios políticos e pedagógicos para o feminismo

O ambiente pedagógico criado em um processo formativo com integrantes de movimentos sociais, a partir da concepção de formação feminista com a qual trabalhamos, propicia-nos um espaço político diferenciado que possibilita uma reflexão calcada na experiência teórico-política de quem busca compreender um problema que considera injusto, com o intuito de provocar mudanças, no caso, o movimento de mulheres. Da mesma forma, tal ambiente ajuda a pensar a partir das experiências individuais de quem sofre, sofreu ou se solidariza com o sofrimento de quem vive o problema no seu cotidiano. Ambiente deste tipo foi propiciado pelo processo de formação sobre violência contra as mulheres, promovido pela AMB, para o seu Comitê Político Nacional. E ele nos permitiu vislumbrar alguns desafios políticos que o enfrentamento da violência contra a mulher coloca para o feminismo.

Entendemos a formação política feminista como “um processo sistemático no qual se articulam momentos específicos de reflexão sobre o processo de auto-constituição como sujeito, tanto no plano individual como coletivo, a partir da *práxis*”.¹⁰ Estes momentos específicos, no caso do processo de formação sobre violência contra as mulheres realizado pela AMB, foram os encontros nacionais precedidos de oficinas de reflexão sobre as experiências vividas pelos grupos relacionadas aos contextos

¹⁰ SILVA, Carmen S. M. (org.) Experiências em pedagogia feminista. Recife: SOS CORPO, 2010. p. 8-27.





em debate em cada encontro. Estes encontros, ocorridos no período mesmo de uma ascensão da luta feminista contra violência, têm como marcos a jornada organizada pela AMB que ficou conhecida como ‘apitação nacional’ e o momento de aprovação e acompanhamento da implementação da Lei Maria da Penha, os quais nos desafiam a pensar sobre a relação entre formação, organização e lutas em movimentos sociais.

A AMB, como uma articulação do movimento de mulheres no Brasil, além do seu comitê político nacional, organiza-se em agrupamentos estaduais e promove diversos processos de luta, com maior ou menor visibilidade pública, em função seja do grau de adesão nos agrupamentos que a compõem, seja da conjuntura relacionada diretamente ao problema enfrentado, seja ainda do grau de investimento nacional de sua direção política. O enfrentamento da violência contra as mulheres é uma das lutas com maior envergadura na AMB, assim como em outras organizações nacionais do movimento de mulheres. Isso, por si, coloca desafios do ponto de vista da estratégia política no sentido de garantir resultados que, de fato, alterem a situação em que vivemos. Estes desafios nos exigem uma compreensão comum do problema, com suas implicações para outros aspectos da vida social, e um espaço de debate sobre estratégias possíveis para conquistar o direito a uma vida sem violência.

Esta é exatamente a questão: no movimento de mulheres temos diferentes interpretações do problema e das alternativas para enfrentá-lo. Para pensar em estratégias comuns se fez necessário, neste processo de formação, favorecer o debate sobre as várias visões, procurando construir elementos comuns que servissem de referência para ação política da AMB. Este foi um desafio inicialmente enfrentado pela equipe de educadoras do Coletivo Leila Diniz e do SOS Corpo, mas





também incorporado ao programa dos três encontros nacionais de formação, que alimentaram o debate sobre as bases teórico-políticas de referência para esta luta, a partir da reflexão sobre a experiência historicamente constituída do movimento feminista em torno do problema da violência, da elaboração teórico-feminista sobre o tema e das experiências de resistência e enfrentamento vividas atualmente pelas mulheres e grupos envolvidos no processo de formação. Podemos tomar esta experiência educativa como um exemplo da relação entre formação, organização e luta em movimentos sociais, na forma como se dá a partir da concepção pedagógica com a qual trabalhamos, e que pode ser sintetizada na ideia de Formação Política Feminista. Os momentos de formação *strictu sensu* não se constituem em um momento apartado do processo social,¹¹ como um lugar onde se vai ‘aprender para aplicar’ na prática, como apregoa um certo campo da educação popular. Pelo contrário, na nossa concepção, as atividades de formação são momentos específicos da prática social em que nos permitimos refletir profundamente sobre ela, articulando nossas experiências às sistematizações já realizadas pelo próprio movimento e às compreensões teóricas produzidas pelo campo político no qual estamos inseridas, ou seja, o feminismo.

A formação política feminista, no nosso entendimento, deve se alimentar da concepção dialética de educação,¹² e é compreendida por nós como um aporte fundamental à autoconstituição de movimento social como sujeito político coletivo, ou seja, deste ponto de vista, a formação é parte do processo de organização do movimento, embora não se restrinja a isso. Os momentos específicos de formação

¹¹ FORTES, Alexandre. Política de Formação de Movimentos Sociais. São Paulo: Instituto Cajamar, 1992. Mimeo.

¹² Ver SCHIMIED-KOWARZIK, Wolfdietrich. Pedagogia Dialética de Aristóteles a Paulo Freire. São Paulo: Brasiliense, 1988.





não estão determinados pelas decisões político-organizativas do movimento – pois se assim fosse eles se constituíam como momento de divulgação ou de doutrinação –, mas ao mesmo tempo, não podem se apartar da necessidade que o movimento tem de responder aos seus desafios políticos naquele problema com o qual se está trabalhando. Esta é a difícil dialética entre formação, organização e lutas nos movimentos sociais.

As visões teóricas sobre o problema entram nesta equação como um olhar que possibilita um estranhamento da experiência, não como um aporte teórico que enquadre o real vivido em suas malhas explicativas, mas como possibilidade de debater diferentes interpretações como caminhos para refletir sobre a experiência e elaborar referências para compreendê-la. O sentido político de nossa ação de formação é explicitamente fortalecer a *práxis* do movimento de mulheres. Isso implica em contribuir para aprofundar sua capacidade teórico-política de articulação das lutas feministas e também nos desafia a compreender o sentido da formação colado à organização do movimento e aos seus processos de luta, mas não completamente subordinados a eles, de forma que não se inviabilize o aporte da formação à criatividade necessária às lutas e também não se criem barreiras a novas perspectivas teóricas que possam ser agregadas nas atividades.

O processo de formação sobre violência contra as mulheres nos permitiu, por um lado, ver os limites nos quais esta luta está sendo travada pelo movimento, tanto no que diz respeito à estrutura de poder na sociedade, consubstanciada no sistema patriarcal, capitalista e racista, como na conjuntura atual de crescimento do fundamentalismo religioso e do peso social da expressão midiática contrária a nossos





interesses. Incidem sobre o problema também os contextos específicos analisados no processo de formação: contexto de violência ligada ao narcotráfico nos centros urbanos, contexto de conflitos agudos, e contexto de aparente não violência.

Por outro lado, a publicização do problema da violência contra as mulheres, efetivada pelo movimento feminista, favoreceu que ele hoje seja assumido como um problema público a ser enfrentado pelo Estado brasileiro, com legislação própria e políticas públicas decorrentes. Obviamente, não são ainda essas políticas públicas, muito menos seus respectivos orçamentos, o desejável pelo movimento, além do que tais políticas geram diferentes níveis de ação estatal em cada contexto local.

O desafio da luta feminista contra a violência é considerar as diferenças de contextos específicos e/ou locais tanto na percepção das formas de resistências das mulheres e/ou grupos de mulheres, como também na forma de construir as estratégias políticas do movimento de mulheres e as mobilizações sociais em cada situação.

Por muito tempo, o movimento viu a violência contra a mulher como um problema já claramente explicado. Este olhar foi ampliado pela emergência do feminismo negro, que possibilitou ver a situação de desigualdade existente entre as mulheres em função do racismo e ampliou a interpretação da violência contra a mulher considerando as particularidades e os agravantes da situação das mulheres negras. O nosso desafio agora, a partir deste processo de formação, é ver a violência contra as mulheres não apenas como uma questão universal, como elemento que explica a manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres e amplifica o racismo, mas também vinculada a aspectos contextuais que geram o seu agravamento ou o seu acobertamento maior.





Articular a denúncia das diferentes situações vividas por nós, mulheres, no seu sentido geral de fenômeno que envolve a todas, a contextos específicos e a situações desiguais enfrentadas por negras, indígenas, pobres, moradoras de periferias e da zona rural, é um desafio permanente. A ele se soma as especificidades da violência sexista no ambiente de trabalho, como têm denunciado as sindicalistas e nomeado como assédio sexual e moral; da violência que atinge as lésbicas, movida pela intolerância da sociedade com a liberdade sexual; como também a violência que atinge as mulheres que vivem da prostituição ou em outras situações de risco permanente. Enfim, estamos desafiadas a compreender que a violência contra as mulheres é, ao mesmo tempo, um problema que nos atinge a todas, mas que atinge diferentemente os diferentes grupos sociais de mulheres oprimidas, exploradas e discriminadas seja pela sua condição étnico-racial, socioeconômica, por sua preferência afetivo-sexual, seja por diferentes situações que enfrentamos nos contextos econômicos, políticos e culturais distintos, dentro do Brasil e fora dele.

O resgate da reflexão sobre a experiência, visto por nós, antes, como um desafio de ordem pedagógica, parece-nos, após este processo de formação, como um desafio político para o movimento feminista. É neste sentido que os processos de formação se articulam com a organização dos movimentos e com suas lutas, aprofundando a reflexão e possibilitando ampliar o escopo da compreensão dos problemas e de formulação de estratégias.

Um grande desafio pedagógico deste processo foi construirmos juntas a compreensão da violência praticada pelos homens contra as mulheres como grupo social, sem perder a dimensão que este grupo ao qual pertencemos é composto por





todas e cada uma de nós, com suas dores sofridas de forma absolutamente particular e, ao mesmo tempo, com sua capacidade de resistência, com suas estratégias de sobrevivência próprias, com sua capacidade de erguer-se e ser sujeito de sua própria história. Estamos desafiadas a articular os contextos diferenciados nos quais a violência se aprofunda, as situações específicas que a agravam, as formas de resistências individuais e coletivas e, ao mesmo tempo, o caráter geral da violência contra as mulheres como mecanismo utilizado pelo grupo social masculino para estabelecer, de forma peremptória, o lugar socialmente aceito para as mulheres na sociedade patriarcal.

Este desafio nos exigiu articular, na explicação do problema, as dimensões materiais e simbólicas da realidade social, para contribuir na compreensão da produção cultural da subjetividade, como está explícito no texto elaborado durante o processo de formação no intuito de precisar nossas referências teórico-políticas:

As questões subjetivas são importantes para compreender o fato de muitas mulheres permanecerem na situação de violência. Os aspectos subjetivos envolvidos na situação de violência são uma dimensão insuprimível da abordagem do problema. A condição de subordinação/secundarização das mulheres dentro dos espaços de construção e reprodução culturais influencia na formação de suas subjetividades. Há códigos que delimitam poderes práticos para as categorias concebidas como ‘homem’ e ‘mulher’. Além dos códigos culturais, a divisão sexual do trabalho, o confinamento no espaço doméstico, a falta de autonomia, corroboram com o “*status inferior*” atribuído às mulheres, num processo de negação do sujeito – o que pode ser compreendido como elemento estruturante da violência.¹³

¹³ Violência contra as mulheres: novos contextos, velhas questões. Marco teórico-político da Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB sobre violência contra as mulheres. Recife/Natal: AMB, 2009. Conteúdo atualizado na primeira parte desta publicação.





A dimensão da corporeidade como parte da integralidade das mulheres foi um elemento central no processo de formação. Deveria ser, na nossa perspectiva pedagógica, em diferentes atividades de formação feminista, porém mais desejável ainda em processo de formação sobre violência contra as mulheres, uma vez que consideramos a dimensão da subjetividade como relevante na explicação do problema e na geração de condições de possibilidade para sair dele. Trabalhamos com exercícios vivenciais tomando por base a percepção do corpo, suas marcas e sua mobilidade, assim como a percepção dos corpos de outras mulheres, seus sentimentos e apreensões. Buscamos construir um espaço formativo que fosse além do pensar e buscasse o sentir do seu próprio corpo e a percepção das outras mulheres como corpos marcados pela vivência de diversas formas de violência, que vão desde as interdições dos movimentos básicos no processo de socialização infantil até espancamentos e ameaças de morte por parte de parceiros conjugais.

Pensar sobre a violência exige também considerar o que sentimos e o que as outras mulheres sentem, como vivemos esta dimensão da cultura no nosso cotidiano, como experienciamos as interdições à nossa autonomia e liberdade impostas pelo sistema patriarcal capitalista, em especial quando este sistema se expressa através de homens pelos quais temos apreço. Reconhecer nossas próprias experiências com a violência, embora de forma insuficiente neste processo de formação, nos pareceu fundamental para compreender outras mulheres e para construirmos nossas condições subjetivas de enfrentamento individual e coletivo do problema.

Neste processo de formação, a dimensão da integralidade tomou por referência a noção de mulheres como sujeitos, tanto no sentido individual de favorecer a geração





de autonomia de cada uma como pessoa e como sujeito de sua própria existência, como no sentido coletivo de pensar o movimento de mulheres, e nele o feminismo como sujeito político da luta de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Embora, por equívoco nosso, inicialmente não tenha sido recuperada a história de luta feminista contra a violência, esta dimensão se impôs pela força da experiência coletiva que tínhamos em comum com as participantes, como parte que somos do movimento feminista. Rever a trajetória da questão da violência contra as mulheres é quase como rever a trajetória da construção do movimento feminista no Brasil a partir da década de 1970. O movimento se colocou como sujeito político na cena pública nacional, ao mesmo tempo em que denunciava a situação de violência contra as mulheres, fazia a crítica contundente dos ‘crimes de honra’, e exigia as delegacias especializadas e outros serviços a serem realizados pelo Estado. O processo de formação desenvolvido na AMB retomou esta história como fonte de referências que confirma o sentido permanente de nossa luta, mas também como visualização de diferentes estratégias e formas de expressão públicas das posições do movimento em cada conjuntura específica.

Recolocamos em pauta o debate sobre ética e estética feminista como questões próprias da forma de manifestação como movimento social. Forma que procura diferenciar o feminismo de outras movimentações, por ser articulada aos princípios de horizontalidade nas relações de poder, de questionamento aos padrões estéticos normatizadores do que é ser mulher e por recolocar a capacidade de criação como elemento indispensável da construção cotidiana e da expressão libertária de nossa luta pelo fim da violência. Se a violência nos impede de criar e reinventar





nossas vidas, exercer a criatividade é, portanto, conquista e parte do processo de autotransformação de todas nós, como indivíduos e como coletivo.

Este exercício possibilitou desconstruir algumas referências já cristalizadas e debater novas, mantendo as idéias originais de que a luta feminista se dá frente ao Estado e frente à sociedade. Nesta perspectiva, o objetivo não é apenas ter serviços públicos de atendimento a mulheres vítimas de violência. Do Estado exigimos políticas públicas integradas capazes de por fim às interdições materiais e simbólicas que colocam as mulheres em lugar de subordinação frente aos homens. Mas, como um movimento contra-hegemônico, questionamos também a sociedade e a cultura patriarcal que a sustenta. Exigimos, e nos propomos a construir, uma democracia capaz de capilarizar-se em todos os aspectos da vida social, no cotidiano de cada uma de nós. Esta concepção, articulada no interior dos encontros de formação, foi o nosso maior desafio pedagógico. E segue sendo, uma vez que não temos no movimento de mulheres recursos pedagógicos adequados para desenvolver atividades de formação com a amplitude que esta concepção exige.







A violência contra as mulheres em contextos diversos e adversos

Verônica Ferreira e Joluzia Batista

Neste processo de formação, enfrentamos como desafio teórico-político e pedagógico refletir sobre as situações e a resistência à violência contra as mulheres em contextos específicos da realidade brasileira e de outros países da América Latina. Partimos da noção de contexto não restrita à territorialidade, mas envolvendo as dimensões cultural, econômica e política particulares, e elementos conjunturais, como conflitos decorrentes do desenvolvimento capitalista, dos conflitos socioambientais da presença da violência nesses processos. Dessa forma, um mesmo contexto abordado estava presente em regiões do país e países distintos ou em uma mesma região. Delimitamos três contextos específicos para a reflexão: contextos urbanos com forte incidência de violência; contextos de conflitos agudos e contextos de invisibilidade da violência contra as mulheres. Trabalhar com os contextos nos permitiu compreender antigas e novas formas de controle e dominação sobre as mulheres pelo uso da violência. Em contextos específicos, a violência contra as mulheres se redimensionava, seja para ser mais agravada ou encoberta.





Violência contra as mulheres nos contextos urbanos com forte incidência de violência

Este contexto é fortemente marcado pelas consequências da desigualdade de gênero, econômica e pelo racismo nas condições de vida das mulheres pobres e negras nas grandes e médias cidades, que tiveram acesso desigual ao solo urbano (ocupando, por exemplo, áreas de morro), vivendo na ausência ou insuficiência de equipamentos e serviços públicos, interdições ao direito de ir e vir das mulheres no espaço da cidade, e forte presença da violência ligada ao tráfico, às milícias e, ainda, da violência policial. Nos contextos com atuação de grupos ligados ao narcotráfico, além da violência a que estão submetidas na esfera doméstica, as mulheres sofrem com outras formas cotidianas de violência, como o controle de sua circulação, a presença das armas que, entre outras consequências, interditam seu direito de ir e vir e acirram o confinamento doméstico.

As condições de moradia e vida em áreas urbanas de grande precariedade, em geral as ocupadas pela população mais pobre e negra, também vulnerabilizam as mulheres à violência, especialmente as meninas, pois o espaço da intimidade é menos estruturado e mais violado, de maneira que meninas estão expostas à violência por homens conhecidos, nas relações familiares, e também por homens da rua ou vizinhos. Em muitas situações, as meninas são as mulheres mais vulneráveis, em casa ou na rua.

A ação do crime organizado, das milícias e mesmo da polícia, se configura também como uma forte expressão do poder patriarcal nesse contexto. Nas áreas com forte presença do narcotráfico, o domínio e o poder sobre território também se





estendem à posse das mulheres, em geral as mais jovens, pelos chefes dos grupos ou facções. Muitas jovens se submetem a relações forçadas para protegerem a si e a sua família. São “escolhidas” pelos chefes do tráfico, em geral as que chamam de “novinhas”, para serem suas esposas, sujeitando-as muitas vezes ao confinamento e à violência sexual, assim como à constante ameaça a suas famílias. São homens muito jovens que dominam mulheres também muito jovens. Muitas famílias se veem forçadas a abandonar suas casas e mudar-se para não entregar suas filhas. Uma das jovens que vivem nesse contexto definiu a opressão das mulheres pelo tráfico nestes termos: “O Talibã é aqui”.

Mas há jovens que se envolvem nestas relações em função do status temporário que a ligação com traficantes lhes proporciona. Isso revela novas formas de dominação subjetiva gerada pela valorização das mulheres que estão ligadas ao chefe ou ao poder e a possibilidade de acesso a determinados bens de consumo – que vulnerabilizam jovens homens e mulheres a se ligar a esses grupos. Há também as situações nas quais mulheres que perdem seus companheiros ligados ao tráfico, que, em geral, morrem muito cedo, se tornam vulneráveis quando homens ligados a outros grupos tomam o controle na área. Os valores, signos e imagens de sucesso, beleza e poder estruturam uma cultura de consumo que vulnerabiliza homens e mulheres, sobretudo mais jovens, a se envolver nessas redes e se submeter à violência desses grupos ou da polícia.

A violência doméstica e sexual torna-se ainda mais difícil de ser enfrentada e é muitas vezes agravada em função do próprio contexto que legitima o uso da violência e pela circulação de armas (Portella, 2005). Além de inexistirem equipamentos e





serviços públicos nessas áreas, como recorrer a delegacias ou a outros serviços ou mesmo acionar a polícia se o acesso é restrito ou, na maioria das vezes, impossível? Nesses casos, recorrer ao Estado significa expor-se à violência ou à retaliação no próprio local de moradia. Esse já se coloca como um enorme entrave para as mulheres em situação de violência encontrarem apoio. Ao mesmo tempo, a ação organizada é também dificultada, pois muitas vezes é necessário pedir autorização para realizar alguma atividade política. Muitas militantes também se ressentem de não poder ajudar mulheres que sofrem violência de homens ligados ao tráfico para não serem retaliadas.

O Estado é também agente ou cúmplice da violência. No primeiro caso, em função de a ação policial ser marcada pelo uso da força contra a população mais pobre e negra, a quem se nega o direito de existir. O Estado, nesse caso, é visto pela população como agente da violência – e, em geral, assim age –, e não como agente de proteção das mulheres. Em muitos processos de retomada dos territórios dominados pelo narcotráfico, são denunciadas práticas de violência policial contra as mulheres, principalmente a violência sexual. A polícia é também vista pelas mulheres como cúmplice dos grupos armados, em função da corrupção e envolvimento com os grupos ligados ao crime, situação também recorrentemente denunciada. Nas situações de violência doméstica, como não podem recorrer à polícia, em alguns casos as mulheres agredidas procuram os traficantes para que estes punam os agressores, novamente com agressões físicas. Se, de um lado, encontram alguma forma de coibir (no entanto, violenta), por outro lado, se voltam a conviver com os agressores, são elas as que apanham ou são humilhadas publicamente.





O poder patriarcal do crime organizado também se expressa em contextos urbanos de cidades pequenas e médias, como é o caso da Região do Cariri, no Ceará, onde homicídios em série de mulheres, em geral marcados pela violência sexual, tem sido cometidos por grupos criminosos. A impunidade é reforçada pelo domínio das oligarquias patriarcais nos poderes político e judiciário. Além da impunidade da violência doméstica e sexual, que leva a muitos casos de assassinato, as mulheres da região estão vulneráveis aos crimes de ódio às mulheres cometidos por estes grupos.

No contexto de extrema naturalização, forte dominação masculina e em um cotidiano de coação e ameaça, a auto-organização das mulheres é a primeira forma de resistência que encontra maiores dificuldades nesse contexto. Mulheres fazem da auto-organização em um coletivo a estratégia para resistir às desigualdades geradas pelo contexto. Criar indignação social e enfrentar a cultura que naturaliza a violência contra as mulheres é uma estratégia comum dos grupos de mulheres que atuam nesse contexto. No caso das mulheres de Recife, Salvador e Rio de Janeiro, a auto-organização busca criar, nas próprias mulheres, fortalecimento individual e consciência crítica para rejeitar a dominação e construir um espaço de solidariedade e apoio possível.

Em Salvador, as mulheres fizeram dos grupos de reflexão e fortalecimento pessoal a forma de resistência à violência patriarcal. São uma forma de resgatar a autoestima em mulheres que sofrem com a opressão dos homens e, por serem pobres e negras, arcam também com a desestruturação subjetiva decorrente da opressão de classe e do racismo. A articulação com outros grupos e movimentos





também é uma estratégia importante, pois as possibilidades de aliança com organizações no próprio contexto são bastante limitadas. Além disso, é fundamental para visibilizar a violência contra as mulheres, dentro de casa, nas relações afetivoconjugais e relacionada à ação desses grupos, que muitas vezes fica subsumida dentro da chamada “violência urbana”.

“A guerra que destrói”: a violência contra as mulheres nos contextos de conflitos agudos

O contexto de conflitos agudos é aquele em que a violência que define o contexto – da guerra, do confronto com o Estado ou frente a grupos econômicos ou grupos armados, e de conflitos socioambientais –, agrava a violência contra as mulheres e, ainda, invisibiliza a violência doméstica e sexual contra as mulheres. Abrange as áreas de confronto agrário, fronteiras agrícolas, garimpos, regiões em que o conflito com o poderio econômico, que historicamente usou da força e da violência como instrumentos de usurpação e de manutenção da injustiça, se fazem presentes. Também envolve o confronto com o próprio Estado, no caso, por exemplo, dos enfrentamentos a grandes projetos, como o de construção de barragens etc. Esse também é o contexto de guerras, vivido em muitos países no mundo e na América Latina.

Nos casos de guerra e conflito armado, muitas são as situações de violência cometidas contra as mulheres. Uma das que tem sido denunciada em todo o mundo é a violência sexual ou os chamados “estupros de guerra”, praticados por soldados ou





grupos militarizados durante os conflitos e, em muitos casos, como arma de guerra ou como “símbolo” da dominação de um determinado território. A visão patriarcal sobre o corpo das mulheres alimenta os estupros de guerra: o corpo das mulheres é visto como território de domínio dos homens, e a violação desses corpos significa, portanto, atingir o domínio de determinados homens de outras áreas geopolíticas ou culturas. Porém, tanto a violência doméstica como a sexual cometida por desconhecidos, em geral militarizados, permanecem, muitas vezes, invisibilizadas ou subsumidas na violência do contexto.

Nas situações de confronto em ocupações de terra, por exemplo, em geral ganha visibilidade a violência policial contra as lideranças, que em sua maioria são homens, e a violência contra as mulheres é tratada como “menor”. É a violência da guerra ou do conflito que ganha visibilidade, e as mulheres, muitas vezes, permanecem como “vítimas ocultas”. Por essa razão, por muito tempo, os estupros sistemáticos das mulheres foram práticas de guerra invisíveis em várias partes do mundo. No caso dos conflitos por reforma agrária ou contra grandes projetos, percebe-se o mesmo: é a violência do capital ou do Estado que ganha visibilidade, enquanto aquela contra as mulheres e outras formas de opressão seguem invisibilizadas.

O avanço de forças econômicas ou a instalação de grandes projetos nos processos de desenvolvimento capitalista traz consigo a exploração sexual de mulheres e meninas em muitas dessas regiões. A implantação de madeireiras, grandes projetos, áreas de garimpo são marcadas pela existência da exploração sexual de meninas e mulheres, que são utilizadas como instrumento para a permanência de trabalhadores nesses lugares isolados e geram um mercado de exploração que se





produz com base patriarcal, na pobreza, no racismo ou exploração de etnias e na dimensão geracional.

Nesses contextos, a organização política das mulheres sofre com a criminalização por parte do Estado, que reproduz outras formas de violência. Pelo fato de as mulheres estarem organizadas para enfrentar esses contextos, elas sofrem com a violência contra sua própria resistência e organização.

A gente resiste, mas, por resistirmos também sofremos violências. Somos chamadas de ‘meia dúzia de desocupadas’, as ‘das saionas’, ‘vagabundas’, as ‘que não querem o desenvolvimento (liderança de Grupo de Mulheres de Altamira, no Pará, que resiste à implantação de barragem e à violência contra as mulheres).

É o caso de lideranças que vêm sendo criminalizadas, presas ou processadas como forma de desestruturar sua resistência política. A ameaça vem tanto dos grupos econômicos envolvidos como do próprio Estado, cujos mecanismos muitas vezes encontram-se nas mãos dos mesmos grupos, por meio da violência institucional. São situações enfrentadas, por exemplo, por lideranças do movimento de mulheres no interior do Pará, em Altamira, que têm se colocado contra a construção de barragens e a expulsão de populações inteiras por esse projeto, além da injustiça ambiental que representa. Também vivem essa situação as colombianas da Ruta Pacífica de las Mujeres, que têm sido vítimas da violência institucional e de grupos paramilitares que querem silenciar sua resistência e ação de denúncia à violência no contexto de conflito colombiano.





Mulheres do território indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, se confrontam com arroteiros, que se apropriaram de seu território, e resistem à devastação ambiental e cultural, assim como a várias formas de violência para manutenção do domínio político e econômico, e da usurpação da terra. A violação da terra é acompanhada da violação do corpo das mulheres. Essas mulheres estão sujeitas a várias formas de violência praticadas pelos arroteiros e grupos a eles ligados – como assassinatos, incêndios de casas e escolas, e violência sexual. E enfrentam a violência doméstica e sexual por homens índios na própria comunidade, para a qual não há punição.

“A paz que oprime”: os contextos de invisibilidade da violência contra as mulheres

Esse contexto é caracterizado pela invisibilidade da violência contra as mulheres. Nesse contexto situam-se as comunidades rurais, pequenas localidades urbanas, comunidades indígenas e quilombolas. Trata-se de um contexto em que as relações desiguais, os conflitos, a opressão e a exploração são vividos e sentidos, mas ficam subsumidos, invisibilizados, por detrás da coesão comunitária.

Nesses contextos prevalece a ideia de paz, harmonia, ausência de conflitos, convívio pacífico entre as pessoas e ausência de qualquer forma de violência. Contexto em que um determinado grupo de pessoas é fortemente ligado, possui uma forte identidade, seja cultural ou étnica, que se busca preservar. No caso de assentamentos ou localidades rurais, a identidade é dada pela partilha e pelo enfrentamento comum de determinadas condições de vida e também pela identidade cultural.





Os valores, as crenças, as tradições e o modo de viver buscam ser preservados, como forma de sobrevivência coletiva, o que vai desde a alimentação até o modo como são estabelecidas as relações entre as pessoas. Por causa disso, a opressão e a violência mais comum e facilmente identificadas enquanto tal são as que vêm de fora, dos que ameaçam a preservação do território e dos modos de vida. No entanto, a opressão, os conflitos e a violência que marcam as relações no interior dos próprios grupos e comunidades, como no caso das relações desiguais e autoritárias entre homens e mulheres, são invisibilizados ou naturalizados.

Por isso, a violência contra as mulheres, forma própria de dominação na sociedade patriarcal, aparentemente não existe ou é tomada como fato isolado ou fatos episódicos, que não definem e não caracterizam o contexto local.

Nesse contexto, o patriarcado é vivo e presente como modo de organização das relações entre homens e mulheres. Os homens permanecem como o grupo de pessoas que detêm mais poder, seja na família ou nos espaços de decisão comunitária. Os elementos próprios da dominação patriarcal, como a divisão sexual do trabalho, interdição à participação política das mulheres e violência como forma de controle sobre o corpo e a sexualidade, existem, mas muitas vezes permanecem naturalizados. Em geral, os homens estão nos lugares de poder nessas culturas; a sexualidade e o corpo das mulheres é controlado pelas normas vigentes, que lhes retira ou nega o direito ao prazer; a heterossexualidade é norma rígida; e o trabalho doméstico e de cuidado é atribuição exclusiva das mulheres. Por fim, quando essas regras e normas são desrespeitadas, a violência pode ser exercida como um instrumento de correção das mulheres.





Também nesse contexto, a família patriarcal é valorizada como modelo a ser preservado. As relações de mando e controle no interior da família, de homens sobre as mulheres, de adultos sobre as crianças, são também mantidas e naturalizadas. Prevalece a ideia de complementaridade nas relações sociais de gênero, isto é, a ideia de que homens e mulheres se complementam em seus papéis na família e no trabalho, por exemplo, sem questionar-se sobre as desigualdades envolvidas nessa divisão e o poder que marca as relações entre os sexos.

Também é um elemento caracterizador desse contexto uma forte ideia de comunidade como coletivo harmônico, livre de conflitos e desigualdades em seu interior e onde prevalece a busca do bem comum ou a partilha igual de uma determinada situação de opressão e desigualdade, que vem de fora e atinge a todos/as da mesma maneira, como a pobreza, a ausência de condições de vida, as ameaças ao território e à cultura.

Nesse contexto, a identidade comunitária e cultural é mais forte do que a percepção da opressão. A cultura e a coesão comunitária são vistas como elementos a serem preservados diante da ameaça de dissolução. Em nome disso, os elementos opressores dessa cultura deixam de ser percebidos e enfrentados. A situação de subordinação e desigualdade vivida pelas mulheres é naturalizada e a violência por elas vivida é escondida. Isso dificulta o reconhecimento da violência como um problema a ser transformado o que implica a problematização e transformação das relações desiguais entre homens e mulheres. A auto-organização coletiva das mulheres, que vem do reconhecimento de uma experiência comum de opressão e desigualdade, torna-se mais difícil.





Outro elemento que dificulta as possibilidades de resistência é a situação de isolamento e de ausência de serviços e equipamentos públicos nesse contexto, o que tolhe as possibilidades de as mulheres buscarem ajuda e apoio ao viverem uma situação de violência. Assim, tanto a resistência coletiva, obstaculizada pela invisibilidade do problema, como a resistência individual, na ausência de apoio e acesso às políticas públicas, tornam-se possivelmente mais difíceis nesse contexto.

Conclusões: nós, mulheres, existimos e resistimos!

Cada contexto impõe também outras interdições ou limites à resistência das mulheres à violência, seja individual ou coletivamente. Muitas vezes, a violência contra nós é uma resposta à nossa resistência às relações de dominação e opressão, individual e coletivamente, dentro e fora de casa. Formas distintas de violência convivem num mesmo contexto: a violência nas relações afetivoconjugais não desaparece em momentos de guerra e conflito; porém, se agrava pela violência do contexto, nos quais o corpo das mulheres sofre a violência cotidiana das relações de dominação no espaço doméstico e dos agentes do conflito, em geral homens armados e militarizados.

Mudam os contextos, mas a violência contra nós, mulheres, permanece. No entanto, o modo como vivemos, sentimos e resistimos à violência sofre as determinações e, em muitos casos, agrava-se de acordo com os contextos em que estamos inseridas. Revelar e construir novas compreensões sobre a violência considerando estas realidades e, a partir disso, articular resistências entre movimentos





e organizações de mulheres em distintos contextos é um desafio atual para o movimento feminista na luta pelo fim da violência contra as mulheres.

Trata-se de enfrentar o desafio de, a partir da reflexão entre mulheres que vivem em distintos contextos, tomar consciência sobre as novas formas de dominação sobre nós, mulheres, como também das formas de resistência que temos construído para enfrentar as situações de violência em contextos diversos e adversos, seguindo, assim, na construção de uma “cartografia da opressão” e da violência, que não está terminada (Delphy, 2004).

Referências bibliográficas

Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB. **Relatório do I Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.** Rio de Janeiro, maio/2007. (mimeo)

_____. **Relatório do II Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.** Belém, outubro/2007. (mimeo)

_____. **Relatório do III Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.** Vitória, março/2008. (mimeo)

DELPHY, C. Para redescobrir o feminismo. In **Le Monde Diplomatique Brasil.** São Paulo: Instituto Pólis, maio de 2004.







A luta pelo fim da violência contra as mulheres: experiência histórica, balanço crítico e possibilidades de renovação

Daiany Dantas e Analba Brazão Teixeira

A visibilidade dos contextos: a retomada histórica do sujeito mulheres

A História oficial omite o protagonismo das mulheres. Em vez disso, há um grande silêncio sobre as reais condições de nossa existência nos diversos períodos e contextos sociais, além de um intencional não reconhecimento dos processos de resistência e luta.

Comumente escrita por homens e adaptada à flexão no gênero masculino, a História sobrescreve e omite a dimensão das opressões sobre as mulheres que, quando não colocadas à sombra, são simplesmente esquecidas, tornadas invisíveis e representadas como impassíveis aos processos de transformação da sociedade. No Brasil, isto se evidencia mais notoriamente quando lidamos com a realidade das mulheres nas populações indígenas, das mulheres negras, originárias de comunidades tradicionais ou habitantes de regiões em conflito.





Mudar este panorama de invisibilidade só será possível por meio da construção de histórias outras. Narrativas com sujeitos mulheres que se conjugam no plural, contadas em suas vozes e tons, ilustradas por suas iniciativas, descritas as suas condições, com a legitimidade do testemunho de quem viveu.

Tomar conhecimento da trama das pequenas histórias de luta que acontecem à margem da História é a única maneira de compreendermos a radicalidade da opressão sobre as mulheres, que é uma forte marca de nossa colonização, está na base das desigualdades que estruturam a sociedade, fragmenta-se nos diversos espaços de nossa extensa geografia humana, reinventando-se nas novas manobras do patriarcado capitalista globalizado, cujo engenho atualiza as formas de invisibilidade e fragilização dos sujeitos como forma de enfraquecer a luta política.

Compreendendo isto, a Articulação de Mulheres Brasileiras, buscou conhecer, sistematizar e intercambiar a experiência de grupos e movimentos de mulheres, suas estratégias de resistência e os fundamentos de sua luta contra a violência em distintos contextos da realidade brasileira e latino-americana.

Estas experiências foram partilhadas nos encontros de formação, articulação e diálogo realizados pela AMB, assim como em outros espaços de intercâmbio realizados entre os anos de 2007 e 2009. Os encontros foram realizados com militantes dos diversos estados brasileiros para o debate aprofundado em torno da violência contra as mulheres nos diversos contextos nacionais. Este texto considera a crítica da luta feminista pelo fim da violência contra as mulheres construída nesse processo. Considera, ainda, a sistematização de nove experiências de resistência à violência contra as mulheres, protagonizadas por grupos que socializaram seus





conflitos, tensões e as saídas procuradas para deter o braço opressor da violência, em seus diversos espaços.

Auto-organização: a força dos coletivos na vida das mulheres

Nos testemunhos e relatos das mulheres, reconhecemos que as trajetórias de superação individual coincidem com a sua afirmação enquanto ativistas e lideranças políticas. Partindo de suas motivações individuais, a organização das mulheres nos coletivos em torno de um interesse comum forja uma rede de resistência.

Embora se realize coletivamente, em processos de autodeterminação de grupos constituídos para o enfrentamento de questões e demandas específicas, contingenciadas pela realidade dos contextos em que emergem, a resistência parte de um processo subjetivo. Cada mulher lutadora parte de sua própria indignação, de seu reconhecimento de que algumas situações recorrentes em suas vidas acontecem pelo fato simples e irremediável fato de que nasceram mulheres numa sociedade patriarcal, isto as singulariza e as aproxima.

É isto o que percebemos quando conhecemos a história do Coletivo de Mulheres do Calafate, de Salvador, uma organização de bairro que surgiu pelo rompimento das lideranças mulheres com o espaço da associação comunitária, frequentada por seus companheiros. Neste espaço coletivo, não possuíam intervenção política ou eram cerceadas do direito à participação. Suas conversas em mesas de bares, relatando as próprias experiências com o enfrentamento à violência doméstica tornaram-se





recorrentes, ganharam os contornos de um grupo de reflexão,¹⁴ e passaram a pautar uma ação política pela prevenção da violência contra as mulheres no bairro e no fortalecimento das mulheres por meio da ação política.

A denúncia da violência contra as mulheres e o enfrentamento da cultura que as naturaliza é também elemento forte na experiência de mobilização das mulheres do grupo Cidadania Feminina, da comunidade de Córrego do Euclides, situada no Alto José Bonifácio, bairro do Recife, Pernambuco. Elas utilizam o apito para denunciar e mobilizar outras mulheres quando identificam que alguma mulher sofre violência por trás das finas paredes das casas do bairro, coibindo a violência no momento em que ela é praticada. Criam, assim, uma rede de solidariedade e apoio entre as mulheres.

Também é o que encontramos na resistência das mulheres do Xingu, que permanecem protestando contra os crimes de violência doméstica e a ação invasiva dos grandes projetos, que negligenciam a vida das populações ao largo do rio. Essas mulheres enfrentam a criminalização pelo Estado aos movimentos e a inoperância das instituições¹⁵ em uma luta que segue existindo como única estratégia de preservação da vida das pessoas que habitam a região – composta por comunidades ribeirinhas que podem ser completamente devastadas quando da execução das grandes obras de barragens, como é o caso da usina de Belo Monte, em Altamira, Pará.

A partir da consciência política e da organização coletiva diante da adversidade dos contextos, a resistência se realiza na coletividade quando passa a ser a estratégia viável, uma luta pela sobrevivência face aos desafios que se impõem. No

¹⁴ Prática de socialização de experiências pessoais em pequenos grupos, comum sobretudo ao feminismo dos anos 1960.

¹⁵ Em Altamira, é grande a rotatividade dos representantes de cargos públicos como promotorias, defensorias, bem como desembargadores e delegadas, o que dificulta o andamento dos processos.





fortalecimento comum e na percepção de que existe uma possibilidade de negociação, de agenciamento por meio do coletivo.

Se cada mulher conta uma história de violência, de segregação, de confinamento aos espaços domésticos e aos territórios do cuidado, se somos repreendidas e rotuladas em função de nossa identificação com os ideais de luta dos movimentos de liberação das mulheres, se nossa participação no espaço público é cerceada, se nos toca uma dupla jornada na divisão sexual do trabalho, se mesmo dentro do campo geral dos movimentos sociais as lutas das mulheres são reduzidas e secundarizadas, na construção de uma identidade coletiva comum trazemos essas questões ao domínio público. Transformamos a indignação, a consciência subjetiva de nossa opressão interior em bandeiras capazes de nos guiar em ações concretas e fundamentadas num referente político.

O coletivo “mulheres” agencia a mudança possível, pois nos visibiliza naquilo que temos em comum e possibilita acionarmos as instâncias democráticas e os organismos de intervenção. A auto-organização abre as portas para a descoberta da força política e proporciona este cruzamento de fronteiras entre o entendimento de questões privadas como interesse público e primordial.

Como estamos lutando?

As lutas travadas pelo movimento feminista nacional não correspondem, em proporção, às pontuais vitórias obtidas no campo dos direitos. Os altos índices de violência contra as mulheres no Brasil e a impunidade histórica dos crimes de





honra – cujo argumento de “violenta emoção” inocentou assassinos de mulheres ao longo de décadas – fizeram da luta pelo fim da violência uma questão central para o feminismo brasileiro.

A partir dos anos 1970, com os ecos das grandes manifestações contraculturais chegando ao Brasil, mulheres saíram às ruas exibindo cartazes onde se lia “quem ama não mata”, reivindicando a punição de homicidas como Doca Street, assassino confesso da namorada Ângela Diniz. O movimento tornou-se mais organizado e incisivo, contando com a representação política de feministas que ocupavam os parlamentos. Nos anos 1980, grande parte das ações de acolhimento e proteção que eram executadas por organizações feministas tornaram-se políticas públicas institucionalizadas pelo Estado. Assim, surgiram as primeiras delegacias especializadas de atendimento à mulher (DEAMs), seguidas das casas-abrigo, centros de referência e os disque-denúncia, para comunicar crimes de violência doméstica.

Na década seguinte, houve um arrefecimento no combate à violência, embora os índices não houvessem regredido. O movimento manteve-se atento em suas propostas de pressão, proposição e incidência nas políticas públicas. Em 2006, aprovamos a Lei Maria da Penha, mas houve perda de expressividade política, potencial de negociação e capacidade de diálogo com a sociedade com o arrefecimento das ações de rua.





Novas formas de luta

No intuito de resgatar essa importante parte de um feminismo material, que protesta, pára as ruas, incide, e se insinua de forma afirmativa no espaço público, a AMB organizou vigílias pelo fim da violência em 22 estados e no Distrito Federal, retornando a contracultura das manifestações de rua, o simbolismo das velas e o uso de casos exemplares junto aos meios de comunicação. Em paralelo, assinaturas pela aprovação da Lei 11.340. Foram coletadas em torno de 18 mil assinaturas. Despertamos a nossa consciência para a urgente realização de atividades e ações que resgatassem a radicalidade de nossas lutas.

Numa estratégia de enfrentamento das perdas políticas e de rediscussão desta grande tarefa do feminismo nacional, a Articulação de Mulheres Brasileiras reuniu sua militância em três grandes encontros nacionais para a formação em violência contra as mulheres, bem como para identificar e reconhecer velhas-novas formas de opressão sob as quais vivem as mulheres, que se organizam para romper com a violência que surge em contextos distintos daqueles contemplados pelas políticas públicas.

Em seu mapeamento e na escuta dos relatos dos grupos que lidam com experiências de resistência, a AMB constatou a debilidade das políticas públicas em atender aos diferentes contextos. Além da escassez de dados e investigações sobre a realidade das populações periféricas, há uma conivência do Estado – nas suas diversas instâncias representativas – com a ação de





práticas de exploração e devastação, orquestradas por interesses elitistas e grandes corporações capitalistas que eliminam saberes, identidades, histórias, perseguindo e executando homens e mulheres.

É o que observamos no banimento de comunidades tradicionais de suas áreas de origem, como as indígenas de Roraima, que enfrentam a truculência dos arrozeiros, questionadores da legitimidade indígena sobre a terra. Também é o caso das populações de índios, índias e quilombolas do Espírito Santo, que observaram a desapropriação de seu território, a poluição dos rios e olhos d'água e a extinção da mata nativa para o monocultivo de uma grande e infértil floresta de eucalipto.

Por outro lado, as políticas também não atendem às populações que vivem em ostracismo político, ou seja, isoladas de qualquer toque das políticas públicas ou intuições reguladoras legitimadas pela sociedade, ou diante da inoperância do Estado. Como discutir rede de serviços e Lei Maria da Penha em comunidades ribeirinhas onde as mulheres levam dias viajando a bordo de um barco, ainda enfrentando alguns quilômetros de estrada até chegarem à DEAM? Como exigir a instalação de um juizado especial em cidades dos distantes rincões do Norte do país, onde os representantes se sucedem em rodízio nas instituições públicas de defesa dos direitos e da cidadania – como os juzizados e o Ministério Público Federal? Como discutir violência doméstica em comunidades indígenas onde a punição para os crimes de violência doméstica atendem ao crivo de líderes internos, cujo controle pauta-se em códigos comunitários respaldados na dominação patriarcal, num cenário em que a participação política das mulheres ainda carece de afirmação – assim como acontece em outras organizações, movimentos e sindicatos mistos, nos quais elas ainda lutam





para se desvencilhar da obrigação com as cozinhas nos encontros das assembléias? Como incidir e fazer a luta política em territórios marcados pelo domínio do poder do tráfico, nas favelas, retirando as mulheres da situação de exploração e perda de direitos, o que se observa na prática de cooptação das “novinhas”, pré-adolescentes escolhidas nas comunidades para servir sexualmente aos traficantes?¹⁶

Sabendo que mesmo em centros urbanos populosos as políticas de combate à violência encontram-se distantes do ideal de um atendimento que proporcione acolhimento e segurança às vítimas, como lidar com situações de maior complexidade e emergência? Estas respostas o movimento feminista ainda não possui, mas o reconhecimento da existência destas demandas lança novos desafios, une e mobiliza a resistência de grupos organizados de mulheres que seguem travando embates setoriais.

Indígenas, ribeirinhas, quilombolas, mulheres em regiões urbanas de tráfico, em áreas metropolitanas vitimadas pelo “crime negócio”, nas disputas internas por bandeiras políticas nos movimentos - as mulheres seguem na linha de frente e no protagonismo político dos embates, com pouquíssimos avanços na luta pelo fim da violência contra as mulheres, dos crimes de honra e do femicídio, fenômeno social que consiste no assassinato sistemático e impune de mulheres.

É visível que o território do país é coberto por desigualdades e conflitos de diversas ordens, o que mostra que o modelo patriarcal e capitalista vai se apropriando de tudo a sua volta, até mesmo da vida das pessoas, contando com a permissividade

¹⁶ Todos estes exemplos citados emergiam na fala de mulheres, em seus relatos ao longo dos encontros de formação em violência contra as mulheres, realizados pela AMB entre 2007 e 2009. As fontes são omitidas para preservar a integridade das mulheres.





dos governos. Mesmo na contramão das políticas, dos governos, do conservadorismo e do machismo, reconhecemos: as mulheres auto-organizadas resistem. Criam em torno de si e de seus grupos redes de apoio e solidariedade nas associações, nos fóruns, nas organizações de bairro, mesmo quando suas lutas se inserem em pautas tidas como mais gerais, como a terra, a tradição e o trabalho. As lideranças permanecem atentas à superação da violência como possibilidade de ressignificar a existência das mulheres.

Velhos desafios, novas frentes de luta

Um dos resultados do nosso esforço em debater o enfrentamento à violência contra as mulheres vivenciando a história política de militantes de todo o país foi a constatação coletiva de que é importante construirmos frentes de luta que partam do feminismo. Ou seja, que discutam a opressão sobre as mulheres e o desdobramento das políticas públicas criadas para a garantia de seus direitos em ações setoriais e integradas, que considerem a diversidade e as adversidades dos contextos.

Para isto, acreditamos que é oportuno e fundamental ampliarmos a nossa perspectiva de enfrentamento, sem abandonar a pressão no Legislativo – cada vez mais refém das propostas conservadoras, hoje majoritárias – nem o debate na elaboração de políticas públicas que considerem a violência contra as mulheres um problema estrutural. Temos consciência de nossa responsabilidade no controle e vigilância das políticas e ações do Estado.





No entanto, as limitações estruturais e culturais de nossas instituições, fundadas sob o signo do machismo, nos coloca diante de outros desafios. Juristas apontam uma suposta inconstitucionalidade da Lei Maria da Penha, ignorando o fenômeno do feminicídio, legitimado por nossa cultura patriarcal respaldada na “honra”, que permanece em diversas sociedades ao longo de milhares de anos. Parlamentares assumem a alcunha de “pró-vidas”, detendo a legalização do aborto em países laicos em desenvolvimento, onde a prática clandestina é a maior responsável pelas mortes de mulheres.

Vivemos em uma sociedade que admite, universalmente, a existência e os direitos das mulheres como secundários. Portanto, não há como pensar em ações de enfrentamento que não visem a uma visibilidade desta condição. Por isto, a AMB assume o compromisso de retomar uma luta que passe pela retomada das manifestações de rua, ações diretas, pela construção de uma contracultura feminista, capaz de sensibilizar politicamente corações e mentes, em busca de uma transformação que começa com a admissão de novas posturas e novos valores.

Para isto, o movimento passa também por um processo de transformação, refletindo sobre o “pensamento pensante e o pensamento pensado” (Collin, 1994), que confluem nessa trajetória enunciativa que parte da fala das mulheres nos espaços de socialização das experiências e reafirmação de nossas lutas. Neste momento em que nos referenciamos na história recontada pelas mulheres, revisitamos práticas que ajudaram a consolidar o feminismo.





A redescoberta da estética feminista

O feminismo sempre atuou numa perspectiva de desconstrução da tradicional estética do belo, rompendo com convenções, com os conceitos e padrões clássicos que consagram uma beleza feminina feita para ser olhada, e, portanto, tantas vezes objetificada e destituída de singularidade, na exploração da nudez e de uma beleza eugênica, ou seja, idealizada de acordo com o padrão hegemônico da mulher branca, magra e jovem.

Desde a ação da arte feminista, substituindo materiais nobres pela arte alternativa e conceitual, nos quadros, fotos e instalações que desconstruíam a imagem da mulher-objeto e questionavam a sujeição destas aos padrões inacessíveis da sociedade de consumo, o feminismo veio para instituir novos paradigmas.

A estética de contracultura que ditava que nosso corpo nos pertencia, e devíamos, assim, estabelecer com ele uma relação de auto-aceitação e afeto, sem nos submetermos aos padrões de uma beleza homogeneizante, também influenciou definitivamente nossas incidências de rua.

Recriamos os simbolismos patriarcais em tribunais feministas, nos apossamos do conteúdo dominante para afirmamos nossa postura de contestação, quando nos proclamamos noivas descasadas da violência, excomungadas ou loucas de pedra.

Utilizamos a nudez na ocupação de praças e ruas, numa abordagem direta com as pessoas que se locomoviam em suas rotinas automotivas. Um passante abordado por um grupo de mulheres com os corpos vestidos apenas de cruzes e fitas deixa de ser massa e se torna público. O feminismo estava ali para dizer que, em meio ao





nosso cotidiano cada vez mais autômato, algumas mulheres se dispõem a expor as suas cicatrizes e a falar particularmente a cada um, que passa omissa na multidão.

As feministas souberam até mesmo se valer dos rótulos atribuídos no intuito de ridicularizar sua genuína rebeldia, assumindo-se feias, loucas, bruxas, desmanteladas e lésbicas, numa desconstrução da idéia estereotipada do que é ser uma mulher dissidente. A produção cultural exemplar destes sujeitos, que afirmam a sua dissidência, é reflexo da relação entre estética e política que se evidencia no presente, desvelando o nítido componente político existente nas representações da cultura, mas, também, nos possibilitando admitir que “é no terreno estético que prossegue uma batalha ontem centrada nas promessas de emancipação e nas ilusões e desilusões da história” (Rancière, 2005).

Duas grandes ações empreendidas pela Articulação de Mulheres Brasileiras no intuito de afirmar a estética e a criatividade feminista como formas de ação política foram as Vigílias pelo Fim da Violência e a nossa ação no Fórum Social Mundial de Belém do Pará, em 2009.

Vigílias: estamos nas ruas, estamos despertas

As Vigílias Feministas são uma ação de rua do movimento de mulheres, organizada por mulheres e dirigida à população em geral. Nasceram da prática de luta feminista contra a violência em Pernambuco e se espalharam por todo o Brasil numa ação articulada pela AMB no ano de 2006, quando lutávamos pela aprovação da Lei Maria da Penha.





Hoje o movimento mantém Vigílias Feministas mensais em alguns estados, como, por exemplo, Pernambuco e Bahia. A idéia de convocar todas da AMB para realizar Vigílias Feministas em 2007 veio da avaliação de que a maioria das ações nas quais estamos engajadas são ações em parceria, com organizações governamentais e não-governamentais. Isto é muito bom. Mas o 25 de novembro foi um dia instituído pelo feminismo e por isto mesmo é preciso manter a ação própria do movimento de mulheres nas ruas.

Vigília é uma prática antiga em nossa sociedade. Em geral, são realizadas em templos de oração ou em residências. Foram e são ainda as mulheres que organizam este ritual, aglutinando pessoas, familiares, vizinhança e amigos em torno a uma pessoa desaparecida, ou em grave sofrimento, ou que está muito doente. As Vigílias Feministas resgatam esta experiência da vida privada para colocá-la nas ruas e na perspectiva da luta política feminista em defesa da liberdade e da vida de todas as mulheres.

Grupos de reflexão: o fortalecimento que parte da intimidade

Os grupos de reflexão eram uma estratégia de compartilhamento de experiências e saberes, comuns ao feminismo das décadas de 1960 a 1980 – no caso do Brasil, começaram a ser realizados nos anos 1970.

Um espaço intimista onde a máxima feminista de que o “pessoal é o político” pôde ser vislumbrada por muitas mulheres. Em círculos e espaços circunscritos ao debate de temáticas voltadas ao direito ao trabalho, sexualidade, violência doméstica





e luta política, mulheres verbalizaram sua trajetória subjetiva na apropriação do feminismo, dividindo conquistas, dores, dúvidas e inquietações antes restritas aos espaços privados.

Atualmente, o movimento feminista trata de resgatar esse partilhamento do privado como fortalecimento das estratégias coletivas, por reconhecer no espaço de trocas dos grupos de reflexão um terreno fértil para a denúncia assistida, bem como para o fortalecimento político destas mulheres que se descobrem não mais sozinhas nem isoladas em suas dificuldades de vida.

Nas discussões internas das organizações, tem-se resgatado a importância dos grupos de reflexão, que permitem à mulher refletir sobre seus próprios conflitos e identificar que não é um problema exclusivo dela, mas uma experiência comum a um grupo social que pode ser enfrentada e transformada.

A vivência política dos intercâmbios com o feminismo latino-americano

Ao longo dos encontros de formação, com toda a intensidade dos relatos, a descoberta dos contextos e o fortalecimento coletivo da militância das muitas representantes de fóruns estaduais da Articulação de Mulheres Brasileiras, uma contribuição foi ímpar na revigoração de nossas estratégias de luta: a presença de articuladoras de movimentos de mulheres que contam suas estratégias no enfrentamento à violência na América Latina.



No primeiro encontro de formação sobre violência contra as mulheres, realizado em abril de 2007, no Rio de Janeiro, tivemos a presença de Beatriz Quintero, representante da Rede de Mulheres da Colômbia. Beatriz trouxe um sopro de otimismo ao contar a experiência de redução da violência urbana na Colômbia, país em reconhecido estado de guerra civil.

Ela pontuou que existem exemplos concretos – na Itália, Nova York e agora também Colômbia - da possibilidade de redução da violência por meio da introdução de políticas públicas.

Na Colômbia, estas ações constituíram o programa chamado Cidades Seguras e contou com:

- Campanhas com apitos: em lugares de risco para as mulheres, se recomenda que elas carreguem o apito, para denunciarem quando há perigo.
- Rotas: foram mapeados, contando com o apoio dos funcionários públicos e das comunidades, os locais por onde as mulheres circulam, identificando as zonas de circulação e as de risco, para providenciar iluminação pública.
- Reeducação pelo lúdico: utilização de mímicos e artistas de rua para sensibilizar a população sobre as questões de cidadania.

Em nosso segundo encontro, outro momento bastante enriquecedor para o feminismo brasileiro foi a presença de Amanda Ibarra, representando o movimento pacifista da Ruta Pacífica de las Mujeres. Exibindo vídeos de seus momentos de presença cênico-política nas ruas, em que elas se postam de corpos pintados e envoltas



em fitas, anunciando suas frases de intenso impacto: “nos sentimos envolvidas pelas fitas amorosas de nós mesmas, mulheres solidárias”.

A Rota Pacífica é, como o nome enuncia, um movimento pacifista e se organiza para visibilizar e enfrentar a violência contra as mulheres no contexto do conflito armado e pelo fim deste conflito. Desenvolve redes de solidariedade entre mulheres vítimas da violência e realiza grandes ações de mobilização, em todo o território nacional, pelo fim da violência contra as mulheres. São comuns em seu discurso frases como “nós mulheres não parimos nossos filhos para a guerra”, ou o belo e impactante mote “não queremos nem uma paz que nos oprima nem guerra que nos mate”. Assim exercitam o feminismo e a solidariedade em tão adverso contexto.

Um dos marcos de suas manifestações é a realização de caravanas de mulheres – ônibus repletos de ativistas de diversas províncias da Colômbia – no prosseguimento de uma rota pacífica, cruzando o país – daí o nome do movimento. As caravanas são um ato de resistência e denúncia.

A Rota funciona da seguinte maneira: representantes de uma coordenação de comunicação viajam nos primeiros ônibus, nos do meio e nos últimos, e comunicam as situações das rotas em relação aos grupos armados, informando as possíveis dificuldades. Qualquer problema que ocorrer ao longo do trajeto, elas se comunicam com Bogotá, com a equipe de reação imediata que irá se dirigir às instâncias políticas e ministérios, possibilitando o desbloqueio das vias.

Os ônibus viajam até alcançarem os locais de mobilização, onde desembarcam as mulheres vindas de toda parte. Indígenas, negras, mulheres do povo, jovens,





maduras, representantes políticas, que fazem daquele espaço geográfico de encontros – muitas vezes as fronteiras do país - seu lugar de recomeço, indicando que há um tempo e um ambiente possível para que as mulheres tenham uma vida livre, realizando os atos públicos e simbólicos.

O relato da experiência da Rota Pacífica não poderia ser mais oportuno que em Belém, repleto de pequenas ilhas de difícil acessibilidade, para onde as mulheres travam viagens de dias a bordo de embarcações, até alcançarem a cidade. Mostraram-nos também a luta construída sob um pacifismo que repudia a paz que oprime, no momento em que travamos um debate conceitual sobre cultura de paz, nas políticas públicas elaboradas pelo governo federal, visando, sobretudo, atenuar a criminalidade nos espaços de violência urbana.

O movimento passa agora por uma ruptura com o passado recente e busca novamente as suas origens, novas lutas, novas coalizões, retomando processos de disputa, retomando a estima pelas insígnias de luta que fizeram do feminismo uma das maiores forças populares do século XX.

Sabemos que há a necessidade de entendimento na diversidade, mas também há o desejo de coesão, de construção de uma pauta de lutas que parte das esferas populares e traz-nos novos motes, o tom indignado da voz de um coro plural de mulheres. Sabemos que os desafios se renovam e se revigoram ao passo em que nos revigoramos para o enfrentamento. Mas, hoje, como ontem, não duvidamos de que vale a pena lutar até o dia em que nenhuma mulher seja vítima de violência – apenas por ter nascido mulher.





Referências bibliográficas

Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB. **Relatório do I Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.** Rio de Janeiro, maio/2007. (mimeo)

_____. **Relatório do II Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.** Belém, outubro/2007. (mimeo)

_____. **Relatório do III Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.** Vitória, março/2008. (mimeo)

COLLIN, F. Textualidade da liberação: liberdade do texto. **Estudos Feministas.** Ano 2. N. 144. Florianópolis, 1994.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia.** Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2007.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível: estética e política.** Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental / Editora 34, 2005. p. 11-12.





“A mulher tem de ser livre como um pássaro e corajosa como uma onça”

Louisa Huber

Entre os anos 2007 e 2009, a Articulação de Mulheres Brasileiras realizou uma ampla formação para suas integrantes, com o objetivo de “requalificar as experiências de enfrentamento à violência contra as mulheres em diversos contextos regionais e locais no Brasil e América Latina, a partir dos aprendizados do que vem gerando de acertos e impactos nestas experiências” (AMB, 2006).

Apesar de não estar explícito nos objetivos expostos pela AMB, houve um esforço da coordenação em dialogar, no processo de aprendizagem, com as experiências corporal e intelectual como condições do ser sujeito do conhecimento e adotar uma metodologia que permitisse abordar as questões complexas da violência contra a mulher a partir da subjetividade e de vivências corporais.

Partimos da experiência com trabalho corporal como ferramenta metodológica para abordar as questões de relações de gênero e violência contra as mulheres com vários grupos de mulheres em espaços geográficos, culturais e temporais diferentes: mulheres do movimento social organizadas nos espaços urbano e rural; trabalhadoras rurais, quilombolas e indígenas nos acampamentos de mulheres do MST, na Bahia e



Espírito Santo; profissionais de saúde; lideranças de várias organizações feministas no Haiti; mulheres migrantes e refugiadas políticas na Suíça; Rede de Atenção a Mulheres em Situação de Violência da Região Metropolitana de Salvador; ONGs que atuam no campo e na cidade, no Nordeste do Brasil.

Este conjunto de experiências nos permitiu inferir que o corpo é um lugar privilegiado de apreensão e de vivência da realidade que permite identificar metáforas, processos experimentais e interpretativos que funcionam como meio essencial de compreensão para as pessoas e contribuem para desenvolver estratégias de enfrentamento de situações de violência e sofrimentos.

As consequências da violência em todas as suas formas, deixam marcas visíveis ou invisíveis no corpo, que vai reagir através de certos gestos, posturas e (in) disposições, adoecimentos como respostas aos sofrimentos impostos, muitas vezes durante anos ou décadas, se não houver rompimento (Csordas, 1994; Bourdieu, 1996; Pandolfi et Bibeau, 1991).

O impacto dessa violência na saúde das mulheres, muitas delas estão ficando doentes por esse impacto da violência dos homens sobre as mulheres. Não conseguem reagir. Uma coisa que não existia antes é a depressão. As mulheres acabam depressivas porque são vítimas da violência contra as mulheres (participante da formação da AMB em Vitória, Espírito Santo).

Adotar, neste processo de formação, uma metodologia que inclua como recursos relaxamento, respiração, massagens terapêuticas e exercícios corporais que fortalecem o campo energético das pessoas, aponta para a possibilidade de ouvir os sinais e gritos do corpo por mudanças e libertação.





Este exercício nos recorda que também existem feridas dentro da gente (participante da formação da AMB em Belém do Pará).

Meu braço e meu ombro hoje estão muito doloridos.... acho que ele está assim porque segurei minha raiva quando meu marido mais uma vez me agrediu com palavras (participante das oficinas de Qi Gong e massagens do Centro de Referência para mulheres em situação de violência, em Lauro de Freitas, Bahia).

O corpo é abordado como elemento central permitindo a articulação com o social e político. Pandolfi (1993) fala do corpo memorial que assume um papel transformador, sendo lugar de experiências inovadoras que possibilitem compreender e viver emoções, sentimentos, frustrações e esperanças de maneira diferente.

Uma metodologia pautada nos princípios da educação popular feminista

Com o objetivo de partir da própria experiência inscrita na memória corporal para tratar uma temática densa, tensa e complexa como a violência contra as mulheres, nos encaminhamos para o primeiro momento da formação: vivenciar e refletir sobre “a primeira opressão a gente nunca esquece”.

Em um ambiente cuidadosamente preparado com luz tênue, panos coloridos, plantas, flores, cheiros e uma música suave, as participantes foram convidadas a entrar em contato com seu corpo, primeiramente por meio do movimento com exercícios terapêuticos chineses suaves (Qi Gong). Logo em seguida, foram convidadas a deitar-se e formar uma mandala humana. A partir de uma respiração consciente e ampliada,



entravam em estado de relaxamento. Por meio de toques e automassagem, que ampliam a consciência corporal, foram levadas a um momento de introspecção. Neste momento meditativo e de reflexão conduzida acerca da história individual, foram convidadas a lembrar de suas primeiras experiências de opressão, especialmente a violência sofrida em algum momento de suas vidas.

Antes de formarem pequenos grupos, ainda neste clima de concentração individual, as mulheres foram estimuladas a expressar suas lembranças, sentimentos e emoções através de símbolos, desenhos, palavras ou frases.

Nos grupos, essas expressões foram compartilhadas dentro de um clima de confiança e de cuidado mútuos. Este momento exigiu uma presença muito forte de todas as integrantes, porque poderiam aflorar sentimentos, emoções e choros compulsivos que precisariam ser acolhidos. Poderiam surgir depoimentos impressionantes de histórias de violências sofridas que foram guardadas durante anos e décadas, e imprimiram suas marcas no corpo e na alma das pessoas. Desta forma, a vivência corporal cumpre a função de evento, tendo o corpo como elemento central (Bibeau, 1991), abrindo possibilidades de rompimento com o maltrato, contando com a presença de outras mulheres e sugerindo caminhos para a transformação.

Sofri muita violência. Esse curso foi do “eu interior” ao macro, começou a dar nomes a coisas que não percebia. Estou feliz por estar aqui, mesmo com o coração apertado (participante da formação da AMB em Belém do Pará).

O trabalho em grupos, a partir das vivências e experiências individuais, permitiu reconhecer a violência contra a mulher como um problema comum e que aquilo que foi vivenciado individualmente é uma experiência partilhada por um grupo social –





as mulheres. Esse grupo social que vive uma experiência individual de introspecção compartilhada coletivamente também pode se unir para reagir coletivamente e enfrentar a violência. Esse reconhecimento da experiência comum e da possibilidade de resistência foi expresso em exercício de construção de frases: *As mulheres são...; Nós mulheres...; A violência contra as mulheres...*; e no planejamento para construir ações políticas.

Afirmando a importância de “passar pelo corpo”

As participantes afirmaram a importância da abordagem corporal quando trabalhamos questões acerca da violência contra a mulher no sentido de qualificar o processo. Porque, mesmo participando de palestras, estudos e seminários, muitas mulheres têm dificuldades de se reconhecer como “mulher em situação de violência”. Esse reconhecimento implica em mudanças, momentos de insegurança e desconstruções, como ilustra a declaração de uma das participantes que, somente na vivência, pelos sentimentos que afloraram nela, se reconheceu como uma mulher que sofreu violência. Até então, ela não tinha tanta consciência disso, mas com esse exercício de pensar, se sentiu parte das mulheres em situação de violência, requalificando o seu próprio olhar.

Outro depoimento confirma que a discussão e as ações de enfrentamento da violência contra a mulher têm de passar pelo corpo:

(...) sobre a relação com o corpo, ao fazermos um trabalho sobre feminismo, todas as atividades têm que atravessar a parte interna da mulher para mostrar



exteriormente o que realmente queremos. O corpo que é todo o nosso território de simbólico é muito importante. É importante visibilizar a violência simbólica contra as mulheres (participante da formação da AMB em Belém do Pará).

A contribuição das práticas terapêuticas integrativas no enfrentamento da violência contra a mulher

As vivências de massagem, respiração, toque, relaxamento e movimentos terapêuticos como o *Qi Gong* envolvem a pessoa na sua totalidade, em que é superada a divisão cartesiana de corpo–mente para uma visão integradora. Nesse novo paradigma, as emoções e os sentimentos têm um significado fundamental tanto no desenvolvimento de problemas de saúde, quanto na sua cura. Assim, a título de exemplo: raiva e mágoa afetam a energia do fígado e podem resultar em hipertensão; TPM, problemas menstruais, desenvolvimento de miomas e tumores. Medo e insegurança, sentimentos frequentemente relatados por mulheres que vivem em situação de violência, afetam a energia dos rins e da bexiga, e contribuem para dores na coluna e nos joelhos, osteoporose, queda de cabelos, zumbidos, tonturas e insônia. Preocupação e pensamentos repetitivos afetam a energia do baço e deixam a pessoa pesada e “inchada”, apresentando edemas e dificuldades de lidar com as questões diárias. Por outro lado, a tristeza afeta a energia dos pulmões e a pessoa pode se tornar introspectiva e depressiva.

Todas essas emoções, quando acumuladas, interferem no livre fluxo de energia em seus canais (meridianos), criam estagnações e deficiências da energia corporal





que podem se manifestar por meio de dores difusas no corpo, cansaço, ansiedade, estresse, incapacidade de tomar decisões.

O trabalho corporal abre caminhos para acessar recursos internos, como a respiração abdominal, que resgatamos na prática do *Qi Gong*. Essa é a respiração que usamos quando nascemos e da qual nos esquecemos durante a vida, quando adotamos uma respiração mais superficial e peitoral. A respiração abdominal favorece um sono profundo e restaurador, a oxigenação do sangue, estimula a função renal e acalma a mente, entre outros benefícios.

Os exercícios terapêuticos do *Qi Gong* são baseados em uma experiência milenar. Aumentam a qualidade de vida e contribuem para restabelecer o fluxo de energia dentro dos seus canais. Ainda contribuem na captação das energias da terra e do universo, e fortalecem a energia deficiente ou estagnada pelas emoções, excesso de trabalho, vida sedentária. Alguns benefícios da prática regular dos exercícios do *Qi Gong* são: melhoria da concentração; alívio de estresse e ansiedade; tranquilidade da mente; melhoria no padrão respiratório e do sono; redução da pressão arterial; ampliação da consciência corporal e fortalecimento da autoestima.

Perguntando a participantes de oito oficinas terapêuticas¹⁷ de *Qi Gong* sobre que benefícios os exercícios terapêuticos podem trazer para uma mulher em situação de violência, elas responderam:

Muitos, como, por exemplo, em situação de violência verbal, ela saberá o que falar e de que maneira se defender para que essa violência não se torne física.

¹⁷ Oficinas realizadas no Centro de Referência para mulheres em situação de violência, em Lauro de Freitas, Bahia.



Confiança, liberdade, respeito, valores. Fortalecimento da autoestima, amor a si própria, vontade de lutar pelos direitos. Se vê com outros olhos. Quer se livrar das humilhações, da violência. Quer vencer. Esses são uns dos benefícios que ajudam a dar um primeiro grande passo de muitos outros que virão.

Ela aprende a se defender através da respiração, porque a respiração fica mais solta. Melhora a autoestima. Melhora a respiração e o comportamento no seu ambiente, tanto no trabalho como no lar.

Tranquilidade, principalmente emocional, pois quando uma mulher se encontra nesta situação, ela quer paz consigo mesma.

Quando a mulher se sente confiante, ela pode adquirir forças para dizer não à violência, por isso esses exercícios podem ajudá-la a melhorar sua autoestima e trabalhar suas emoções.

Observamos na fala dessas mulheres que as mudanças infligidas pelas práticas corporais contribuem significativamente para que elas possam **ser livres como um pássaro e corajosas como uma onça**, tomando emprestadas as palavras de Dona Lavina, liderança indígena Macuxi, da terra indígena Raposa Serra do Sol, de Roraima, que participou da formação em Belém do Pará.





Cultura e violência: as marcas não aparentes da violência em contextos comunitários

Maria do Socorro Santos Ribeiro e Analba Brazão Teixeira

A violência contra as mulheres é um tema largamente discutido nos últimos anos pelos movimentos sociais, de mulheres e feministas e, hoje, a discussão se amplia pela sociedade com a popularização da Lei Maria da Penha. A necessidade de discutir esse tema revela inquietações intrínsecas à problemática da violência, pois esta tem provocado - na busca de seus fundamentos - respostas a um fenômeno que extrapola fronteiras, culturas e histórias. Torna-se, portanto, cotidiano na vida das mulheres, atravessando classes sociais, raça, etnia e gerações. Mulheres pobres ou ricas, negras ou brancas, jovens ou adultas, de áreas urbanas, centrais, periféricas, litorâneas, ribeirinhas ou rurais, sejam estas de comunidades indígenas ou quilombolas, são perpassadas por uma espécie de **panculturalização**¹⁸ da violência.

¹⁸ O termo Panculturalismo é empregado por Sherry Ortner ao levantar a tese de que a universalização da subordinação das mulheres existe em todo tipo de classificação social e econômica e em todas as sociedades complexas, como parte de uma existência arquetipal e universal e ao mesmo tempo particular, dada a identificação simbólica da mulher a uma ordem de existência inferior associada à natureza (ao biológico) nas diversas culturas.





Entender a dimensão desse fenômeno é talvez uma tarefa das mais desafiadoras para o movimento de mulheres e feminista, pela complexidade engendrada por suas variáveis. Os contextos visibilizados e exaustivamente discutidos nos encontros da Articulação de Mulheres Brasileiras são ilustrativos dessa afirmação. Os diferentes contextos analisados revelaram as marcas da violência nos cenários que comumente associamos a modos de viver baseados em princípios de igualdade, respeito e liberdade, mesmo sendo rigidamente hierarquizados, como é o caso das comunidades indígenas. Para além das marcas visíveis, facilmente identificadas como de violência, nessas realidades, o fenômeno é mais sutil, ruidosamente manifesto nas subjetividades expressas pelos códigos, imagens, símbolos, crenças, práticas rituais e da tradição, que são identificados como fazendo parte da cultura e portanto difíceis de serem admitidos e percebidos como violência contra as mulheres.

A violência contra as mulheres comumente está associada aos cenários urbanos e rurais, marcados pela pobreza, intensos conflitos, regiões de tráfico de drogas, principalmente nas relações desiguais de poder que estão postas nas estruturas hierarquizantes da sociedade capitalista. Todavia, é talvez incompreensível para nossa racionalidade aceitar que em realidades cujo traço de identidade cultural seja construído pela solidariedade, harmonia e interação social entre seus membros, as mulheres estejam oprimidas.

Ao abordar cultura e violência como marcas não visíveis em contextos comunitários, nossa intenção é apontar, à luz desses contextos, elementos que expliquem os fundamentos para a violência contra as mulheres nessas realidades. Situam-se neste contexto as comunidades indígenas quilombolas e ribeirinhas, onde





prevalecem entre os iguais as ideias de paz, harmonia e convívio pacífico entre as pessoas. Tratam-se de grupos sociais fortemente ligados por traços étnicos e culturais, sob os quais se ergue um traço comum de identidade cultural que buscam preservar. Estes elos os mantêm em coesão social, assentada na partilha e enfrentamento comum de determinadas condições de vida.

Ainda que diversas(os) estudiosas(os) apontem que em todas as culturas as mulheres vivenciam uma condição subalterna nas relações entre os gêneros, fortemente reforçada pela cultura e suas instituições, é necessário analisar o fenômeno da opressão e violência contra as mulheres considerando que elas se apresentam de formas diversas, variando de cultura para cultura, de tradição para tradição e em períodos diferentes da história. Cada cultura, como bem mostra Saffioti (2001), encarrega de “impregnar, corpo e alma, categorias sociais de dominação, fornecendo-lhes esquemas cognitivos” de conformação desigual entre homens e mulheres.

Nesta reflexão, procuramos entender como a cultura de um povo ou grupo de forte identidade étnico-cultural, que se mantém coeso socialmente, reitera práticas que oprimem as mulheres, aproximando-se de uma realidade não muito diferente da qual estamos habituadas a identificar o fenômeno. A questão que nos instiga à reflexão é suscitada pelas falas e depoimentos das participantes dos encontros de formação da AMB sobre violência contra as mulheres nos diversos contextos que serviram de cenários para múltiplas abordagens sobre o fenômeno.





Cultura, significados e controle social

A atitude de falar sobre a violência e resistir a ela é parte de um esforço pessoal e coletivo em resgatar, na capacidade subjetiva do indivíduo, o sentido de refletir sobre as suas ações no mundo e dar-lhes significado, reconhecendo-se sujeito de um processo social em que mulheres e homens são copartícipes da construção desse mundo. Noutros termos, é ter consciência de ser e estar no mundo, não aquele da representação planetária, da globalização apenas, mas do cotidiano, que vivemos através das relações entre as pessoas, na família, na vizinhança, na escola, na igreja, na interrelação entre o público e o privado, individual e coletivo. Se admitirmos isso, está fundado o princípio da equidade e do direito de ter direito a não sofrer, entre outras injustiças, a violência.

A resistência das mulheres indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de assentamentos rurais e áreas urbanas, jovens e negras, representa a consciência desse princípio. Na medida em que admitem sofrer violência e percebem que outras mulheres também sofrem apenas por serem mulheres, se estabelece aí a capacidade de enxergarem outra ordem das coisas. Desta forma, reconhecem que aquilo que aprenderam como natural, por um longo aprendizado de práticas rituais, mágicas, religiosas, educacionais e sociais parte de esquemas cognitivos existentes para consolidar as desigualdades de gênero.

Pelas lentes da própria cultura, nas quais a ordem estabelecida se apresenta de maneira distorcida, essas mulheres percebem que a sua vida e da comunidade podem ser mudadas. Essa compreensão, representada por uma diversidade de elementos e fatos, lhes permite se reconhecer sujeitos de direito, e buscarem construir em fóruns





de formação, como os promovidos pela AMB, resistências contra as relações de desigualdades entre homens e mulheres.

Se em nome da cultura, ou por meio dela, a ordem das relações, baseada nas desigualdades e desrespeitos às mulheres é justificada como natural na maioria das vezes, o contrário também é verdade, pois naturalizamos tudo que é cultural como a igualdade, o amor, o respeito. Nada disso é dado, pois a cultura é uma construção humana, e todos nós, mulheres e homens, participamos de sua elaboração. Ao significar e compreender aquilo que elaboramos, participamos de um mundo que passamos a valorar, crer, organizar, reagir, bem como representar, assim como simultaneamente rompemos com a natureza na elaboração da cultura.

Podemos dizer, fundamentadas em Geertz (1998) que a cultura é um emaranhado de teias de significados com sobreposições e intrincadas matrizes múltiplas e distintas, que podem informar mutuamente e de maneira diferente as mesmas práticas de um indivíduo e de uma coletividade. Equivale dizer que podem dotar de significado uma mesma conduta dentro de um mesmo ambiente circunscrito. A cultura, nessa perspectiva, é um texto expressivo, cujas práticas sociais sempre dizem sobre algum aspecto do ambiente social no qual os sujeitos estão inseridos.

Nesse sentido, as mulheres acima mencionadas como parte desta reflexão, trazem em suas histórias as marcas de suas culturas, que as vincula fortemente ao lugar subordinado em que as mulheres são colocadas na sociedade.

Podemos perceber isto nos relatos e testemunhos das indígenas e quilombolas, mulheres assentadas e ribeirinhas. Elas afirmam categoricamente a condição de





subordinação e opressão no espaço privado e público por serem mulheres, assim como por sua condição étnico-racial. A violência sobre elas é exercida duplamente: pela comunidade e pelas instituições que exercem função pública, muitas vezes por agentes, representantes do Estado, que negligenciam as atribuições próprias de sua função de proteger, dar segurança, proteção e assistência.

Expressam-se nas vozes das mulheres sentimentos de desencantamento quanto à responsabilidade do Estado na garantia de direitos, da proteção e de soluções mais plausíveis de fortalecimento à identidade étnico-cultural. Os relatos carregam denúncias aos descasos e desmandos praticados por agentes que prestam serviços públicos ou particulares, como representantes dos órgãos de proteção do governo e de pesquisadores que estão em contato, direta ou indiretamente, com estas comunidades.

Nesse universo, a luta pela transformação da relação de desigualdade entre homens e mulheres parece estar muito, muito distante. Locais onde as políticas públicas não têm praticamente nenhuma incidência e a Lei Maria da Penha ainda não teve alcance, exibem um “retrato exemplar da dimensão subjetiva e a marca da dimensão cultural, encerrando um grande quadro de iniquidades”.

As mulheres quilombolas sofrem violência de todas as formas: da sutileza quanto ao questionamento da legitimidade de sua identidade étnico-racial à prática do aborto consequente de frequentes estupros. A coerção exercida sobre elas na forma do assédio, moral e sexual, traz um componente histórico-cultural impregnado no imaginário social, de modo a justificar a violência pela relação social de poder, historicamente constituída entre os senhores donos de engenhos e as negras escravas,





vistas como “mulheres mais quentes e disponíveis”. Com elas podiam praticar sexo à força e às escondidas, no mato, em lugares longe dos olhares de quem morava na casa grande. A estupidez dos homens atribuía-se ao vigor provocante do biotipo físico de seus corpos, tidos como exóticos.

Isso reverbera no imaginário coletivo social nos espaços de trabalho e nos ambientes de luta por direitos e justiça onde transitam as mulheres quilombolas. Nesses contextos, a prática de assédio contra elas é muito comum, tanto quanto o silêncio sobre esse tipo de violência. Contra isso, afirmam elas que “quase não se pode lutar”, dado o caráter velado, sutil, sem testemunho da ação de quem pratica. Além do mais, a visão que se tem das mulheres, em geral, é a de serem “ardilosas”: nas circunstâncias de um estupro, a situação se volta contra elas, que se tornam responsáveis por provar o fato no lugar do Estado, que deveria assumir plenamente a investigação.

No caráter desta atribuição cultural à atitude das mulheres, mostra-se o cerceamento da capacidade de reagirem ao poder dos homens. Muitas mulheres se calam, tomadas pelo medo, por vezes pela falta de apoio. Outras vezes, sofrem acusações do próprio grupo de terem provocado a circunstância para ocorrência do fato.

Os relatos registram e denunciam uma triste realidade de muitos casos de estupros contra as mulheres negras e a maioria destas é jovem. Quando as conseqüências de um estupro são maiores, no caso de gravidez, muitas praticam o aborto clandestinamente nas matas e em lugares ermos, com registro de diversos casos de morte.





Ao procurarem os postos de saúde sentem o expurgo da sociedade. O médico - que deveria atender, cuidar e curar as dores das pacientes -, acha-se no direito de ofendê-las da forma mais cruel e discriminatória. Em algumas situações, pela violação de sua intimidade de forma espúria; em outras, com práticas de discriminação contra mulheres negras ou com deficiência mental. O grito de dor de uma paciente negra em procedimento de curetagem é recebido com ofensas como: “nega safada que fez porque quis”. Sem falar na violação pela quebra do sigilo sobre a condição de saúde das mulheres infectadas pelo HIV. Instituições como o sindicato, espaço de luta por direitos, mantêm um presidente no cargo, apesar das acusações que pesam sobre ele de assédio contra funcionárias.

Enfim, as violações contras as mulheres negras são inúmeras e a ausência do Estado nas políticas públicas tem agravado esse quadro principalmente quando essas mulheres vivenciam o impacto dos grandes projetos como aqueles implementados pelo agronegócio da celulose, no Espírito Santo.

No imaginário cultural das comunidades mencionadas, a violência contra as mulheres tem uma relação estreita com o lugar atribuído a elas, assim como a regulação normativa da sexualidade. A luta de uma índia do estado do Acre, que vem buscando o direito das mulheres em várias aldeias, tem instigado resistências de lideranças indígenas e representantes do Estado nos órgãos de proteção, que reagem à quebra de padrões da cultura quanto ao lugar e o poder dos homens. O simples uso público de um cocar por uma mulher, um símbolo da liderança masculina, reveste-se de sinais de que algo está mudando. A sua atitude de mulher indígena, embora motivo de rejeições e desconfiança, não representa a razão de ter que abandonar a





aldeia e renunciar aos valores de sua cultura. Algumas mulheres indígenas passaram a acreditar na organização frente à força exercida por sua cultura.

Esta mesma índia do Acre evidencia a luta pelo combate à violência contra as mulheres e esforça-se em mostrar que este fenômeno faz parte do universo indígena. Ela afirma não querer que as mulheres indígenas sofram violência praticada pelos maridos; não deseja que a sua filha deixe de vivenciar a infância como aconteceu com ela. O seu contato com o mundo, muitas vezes através do rádio, é um canal que retroalimenta suas forças para mudar uma realidade sobre a qual pesam os valores da tradição ritualizada nas práticas religiosas e sociais de seu povo. Pela causa do enfrentamento e combate a violência contra as mulheres diz arriscar sua própria vida.

Ela enxerga, como as quilombolas, a violência impetrada pelo Estado, através de seus agentes, administradores que nada fazem para punir índios que agredem suas mulheres e chegam a matar, demonstrando certa conivência com o desfecho de morte das mulheres indígenas, pois há casos de denúncia de assédios e relações sexuais consumadas desses agentes com as mulheres da comunidade. As próprias lideranças indígenas como a do índio “bonito”, que chama a atenção das mulheres e serve-se deste atributo para violar a regra social, desvirtuando o papel de liderança do povo, assediando e abusando das meninas mais belas da aldeia. Contra ele nada é feito, pois está aliado às lideranças do governo do Estado. A própria Funai se esquivava diante dos casos, afirmando se tratar de situações próprias da cultura e sobre as quais não pode interferir. Segundo esta índia, eles se valem do argumento de que a prática





dos homens faz parte da cultura desse povo e, portanto, não podem interferir em “coisas de índios”.

Casos e casos são relatados sobre o controle que os homens indígenas exercem na regulação da sexualidade das mulheres, tais como situações de mortes relacionadas a traições, e à quebra do padrão de orientação sexual – a heterossexualidade. Ouvimos o relato da história de uma índia lésbica que escapou de uma emboscada planejada pela comunidade, que consistiria num estupro corretivo seguido de morte, com ajuda dos familiares e da liderança indígena.

As mulheres das comunidades ribeirinhas e dos assentamentos rurais sofrem em consequência da negligência do Estado. A luta delas contra a violência praticada pelos órgãos estatais passa pela reivindicação da demarcação do território, pela busca de assistência da saúde e frente às dificuldades marcadas pelas longas distâncias para o acesso a serviços como consultas e exames nos postos de saúde da região.

Internamente, a vida das mulheres nestas localidades é marcada pelas pequenas e grandes violências, e muitas delas ainda “pensam que a violência está presente quando acontece um assassinato, parecem não entender que o marido impedindo de ela ir a uma reunião é uma violência”, afirma uma das participantes do encontro de formação.

Os homens quilombolas não são diferentes no exercício do controle do espaço que as mulheres vêm ocupando. Os relatos mostram que eles, por exemplo, usam da força para que as mulheres não se emancipem. Impedem de trabalharem fora e usam de artimanhas para que elas não se organizem na luta pelo resgate da





tradição do conhecimento medicinal das plantas. Atitudes truculentas como surras e ameaças constantes de abandono da família quando elas insistem em participar do movimento. Muitos se esquivam à responsabilidade de pagar pensão alimentícia aos filhos e deixam a família a cargo da mãe, ao saírem de casa.

O que importa acrescentar contra o quadro de iniquidade da violência contra as mulheres nesses contextos é a quebra do silêncio e a revelação do fenômeno presente no cotidiano dessas mulheres. Elas enfrentam a iniquidade da violência com muita força e persistência, com organização de grupos e participação nos encontros que tratam de assuntos dessa natureza. Seguem o caminho de superação, e acreditam, pela força subjetiva que enxergam em outras mulheres, transformar os determinantes da cultura pela politização e organização: “uma apoiando a outra, vamos nos agenciando coletivamente para esta superação...como não temos ainda forças, as mulheres vão organizando pequenas vinganças, como registrar “queixa”, mesmo que depois queiram tirar (antes da Lei Maria da Penha), e não mais despejar água quente no ouvido do marido. Cremos que vinganças como estas devem ser desconstruídas pois nossa ideia é fazermos grandes reivindicações: de políticas públicas, justiça e direitos humanos para as mulheres”, afirmam vozes de mulheres que se veem comprometidas com a luta em favor da igualdade entre os gêneros.

De tudo isso fica uma certeza: a luta no combate à violência, pouco a pouco, vem tomando dimensões maiores, infelizmente, não na mesma proporção tomada pela **panculturalização** da violência.





Referências bibliográficas

GEERTZ, Clifford. **Interpretações das Culturas**. Rio de Janeiro; Guanabara, 1998.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: **A mulher, a cultura, a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

Articulação de Mulheres Brasileiras – AMB. **Relatório do I Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres**. Rio de Janeiro, maio/2007. (mimeo)

_____. **Relatório do II Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres**. Belém, outubro/2007. (mimeo)

_____. **Relatório do III Encontro de Formação, Articulação e Diálogo pelo Fim da Violência contra as Mulheres**. Vitória, março/2008. (mimeo)

SAFFIOTI, Heleieth I.B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In **Cadernos Pagu n. 16**. Dossiê Feminismo em questão, questões do feminismo. Campinas-SP: Pagu/Unicamp, 2001.

TEIXEIRA, Analba. **Nunca você sem mim: homicidas-suicidas nas relações afetivo-conjugais**. Annablume. São Paulo: 2009.









Agradecimentos

No processo de formação, articulação e diálogo sobre violência contra as mulheres contamos com a participação e colaboração de muitas companheiras que fazem a AMB. Em primeiro lugar, das educadoras do Coletivo Leila Diniz – CLD e do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, que aceitaram o desafio de organizar o processo de sistematização das experiências de resistência e da formação. Agradecemos a Analba Brazão, Joluzia Batista, Daiany Dantas, Ana Cláudia Mendes e Cláudia Gazola, do CLD, e Ana Paula Portella, Carla Batista, Joana Santos, Paula de Andrade e Verônica Ferreira, que compuseram a equipe responsável pelo processo no SOS Corpo. Também a Carmen Silva e Silvia Camurça, com quem dialogamos permanentemente na construção da proposta e no diálogo pedagógico para assegurar seus rumos, seguindo os princípios da formação popular e feminista que adotamos e reinventamos na AMB, a cada processo formativo.

Agradecemos também a Louisa Huber, que se integrou à equipe de educadoras a partir do segundo encontro, contribuindo para que o princípio da integralidade fosse vivenciado como dimensão do processo de formação de todas e cada uma de nós, a partir das vivências corporais. E contribuiu, imensamente, para que a dimensão corporal fosse resgatada como princípio da formação feminista, assim como da compreensão e da luta feminista pelo fim da violência contra as mulheres.

Somos gratas a cada grupo e movimento que compartilhou conosco sua experiência de resistência e enfrentamento à violência contra as mulheres, em contextos diversos e adversos no Brasil e demais países da América Latina. Às companheiras da Red Nacional





de Mujeres e da Ruta Pacífica de las Mujeres, da Colômbia; da Batucada Feminista e das Actoras del Cambio, da Guatemala; das Minas da Rima – Hip Hop pela Não Violência contra as Mulheres (Rio de Janeiro– RJ); Coletivo de Mulheres do Calafate (Salvador– BA); Promotoras Legais Populares (São Paulo– SP); Fórum de Mulheres do Cariri (Crato–CE); Grupo Cidadania Feminina (Recife-PE); do Movimento de Mulheres de Altamira (Altamira – PA); do Movimento de Mulheres Camponesas (Chapécó – SC); da Organização de Mulheres Indígenas – OMIR (Raposa Terra do Sol – RR); das Mulheres do MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (Bahia); Associação de Mulheres Negras e Quilombolas (Vitória–ES); e do Grupo de Mulheres Lutadoras do Antimari (Acre).

Agradecemos, ainda, a nossas companheiras feministas que têm se dedicado há anos ao estudo e pesquisa sobre violência contra as mulheres no Brasil, as quais foram nossas interlocutoras na construção do marco referencial desta formação e no debate sobre as questões que nele construímos para a reflexão e ação feministas. Nesse sentido, agradecemos a Lia Zanotta Machado, Miriam Grossi, Ana Paula Maravalho, Delma Silva, Maria Amélia Teles, Ana Paula Portella, Gláucia Diniz e a nossa querida e inesquecível Heleieth Saffioti.

Coordenação Executiva Nacional da AMB







Relação das Participantes

I Encontro de Formação, Articulação e Diálogo da AMB sobre Violência contra as Mulheres Rio de Janeiro, 18 a 21 de abril de 2007

Convidadas

Beatriz Quintero	Red Nacional de Mujeres, Bogotá, Colômbia
Eliane Maria Florêncio da Silva	Grupo Cidadania Feminina, Recife – PE
Josaine Cristina de Moura Camillo	Hip Hop pela Não Violência contra as Mulheres
Janaína Santos Oliveira	
Jaciara dos Santos Sacramento	Coletivo de Mulheres do Calafate
Aguimar David	Promotoras Legais Populares – São Paulo
Juciara Almeida Souza	
Beatriz Gomes de Lima	Fórum de Mulheres da Região do Cariri - Ceará

Integrantes do Comitê Político da AMB	Estado
Ana Claudia Mendes da Silva	Rio Grande do Norte
Maria Lúcia Oliveira	Paraíba
Sueli Valongueiro	Pernambuco
Marta Leiro	Bahia
Márcia Vieira	Sergipe
Maria Dulce Silva	Piauí
Florilena Gomes Aranha	Maranhão
Tassiana Lima Alves	Ceará
Jacira Melo	São Paulo
Edna Calabrez	Espírito Santo
Neusa Melo	Minas Gerais
Rogéria Peixinho	Rio de Janeiro
Marta Lago	Rio de Janeiro
Tania Muri	Rio de Janeiro
Nelita Frank	Roraima
Maria Cristina D’Almeida Marques	Rio de Janeiro
Sandra Regina Monteiro	Tocantins
Amine Carvalho	Acre
Igina do Socorro da Mota Sales	Pará
Maria do Perpétuo Socorro Marinho Prado	Amazonas
Lídia Elaine da Costa	Amapá
Ana Gomes	Mato Grosso do Sul
Marilene Guimarães de Jesus	Mato Grosso
Mylena Calazans	Brasília
Valquíria Fernandes	Goiás
Dóris de Jesus	Paraná

Educadoras:

Analba Brazão, Joluzia Batista e Daiany Dantas (Coletivo Leila Diniz) e Ana Paula Portella, Carla Batista e Verônica Ferreira (SOS Corpo)



II Encontro de Formação, Articulação e Diálogo da AMB sobre Violência contra as Mulheres Belém do Pará, 05 a 09 de outubro de 2007

Convidadas

Clemilse Monteiro da Silva	OMIR, Terra Indígena Raposa Terra do Sol – RR
Lavina Alves Salomão	
Joiciane Pereira de Souza	
Maria Raimunda dos Santos Lima	Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira
Maria Fatima Alves de Lima	
Antonia Pereira Martins	
Rosângela Piovizani Cordeiro	Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
Leinete de Sousa Silva	

Integrantes do Comitê Político	Estado
Goreth Gomes	Rio Grande do Norte
Ana Cláudia Mendes da Silva	
Rejane Pereira	Pernambuco
Maria Soleneide Rodrigues do Nascimento	Bahia
Eulilita de Sousa	Piauí
Neudenis Maria Albuquerque	Ceará
Tassiana Lima Alves	
Josefina Gonçalves	São Paulo
Ana Lúcia da Rocha Conceição	Espírito Santo
Edna Calabrez Martins	
Deise Mesquita	Minas Gerais
Ana Paula Sciammarella	Rio de Janeiro
Maria Aparecida Silva Souza	Roraima
Patrícia Carvalho dos Santos	Tocantins
Nadir Maria de Moraes	Acre



Graça Costa	Pará
Cléa Dias Gomes	
Marta Giane Machado Torres	
Maria da Paixão de Alcântara	
Lúcia Raimunda Alves Miranda	
Maria das Graças Pires	
Maria Antonia Soares Salgado	
Paula de Jesus Gomes Xavier	
Nilde Maria de Sousa	
Sônia Cristina de Figueiredo	
Igina do Socorro da Mota Sales	
Maria do Socorro Pereira da Silva	Amazonas
Raimunda Áurea de Brito	Amapá
Maria das Graças Brazão	
Valéria Montserrat	Mato Grosso do Sul
Marilene Pinheiro	Mato Grosso
Nátalia Mori	Brasília
Marta Cesária de Oliveira	Goiás
Maria de Lourdes Peixoto de Oliveira	Rio Grande do Sul
Miriam Aldana	Santa Catarina
Antônia Passos de Araújo	Paraná

Educadoras:

Analba Brazão, Joluzia Batista e Daiany Dantas (Coletivo Leila Diniz), Carla Batista, Joana Santos e Verônica Ferreira (SOS Corpo) e Louisa Huber.



III Encontro de Formação, Articulação e Diálogo da AMB sobre Violência contra as Mulheres Vitória - ES, 26 a 30 de março de 2008

Convidadas

Maria Rosário	Grupo de Mulheres Lutadoras do Altimari, Bujari, Acre.
Rita	
Míriam	
Letícia Matsá	Comunidade Indígena Yawanawa, Acre
Olindina	Associação de Mulheres Negras e Quilombolas, Espírito Santo
Bárbara	
Maria Alda	
Maria Gorete	
Lenalda	Coletivo de Gênero do MST, Bahia.
Ednalda	
Jeane	

Integrantes do Comitê Político	Estado
Cláudia Gazola	Rio Grande do Norte
Albertina Félix da Cruz	Paraíba
Maria Betania Serrano	Pernambuco
Sandra Munhoz	Bahia
Francisca Sena	Ceará
Neudenis Albuquerque	
Amelinha Teles	São Paulo
Ana Lúcia Conceição	Espírito Santo
Madalena	
Ana Clemente	
Edna Matias	
Manuela	Minas Gerais



Tânia Muri	Rio de Janeiro
Elzilene Lima	Roraima
Letícia Luíza Matassá	Acre
Thaís de Souza Nogueira	Mato Grosso do Sul
Kaká Verdade	Brasília
Célia Pimentel	Goiás

Educadoras:

Analba Brazão, Joluzia Batista e Daiany Dantas (Coletivo Leila Diniz), Carla Batista e Verônica Ferreira (SOS Corpo) e Louisa Huber.



Oficina de Diálogo e Seminário Nacional Violência contra as Mulheres: Velhos Contextos, Novas Questões

12 de agosto de 2009

Participantes da Oficina

Ana Paula Portella, UFPE, Recife – PE
Lia Zanotta Machado, UnB, Brasília – DF
Amelinha Teles, União de Mulheres de São Paulo – SP
Gláucia Diniz, UnB, Brasília – DF
Ana Paula Maravalho, Observatório Negro, Recife – PE.
Delma Silva, Observatório Negro, Recife – PE.
Analba Brazão, Secretária Nacional AMB e Coletivo Leila Diniz, RN.
Elizabeth Ferreira, Secretária Nacional da AMB, CE
Joluzia Batista, Comitê Político AMB/Coletivo Leila Diniz, RN.
Daiany Dantas, Coletivo Leila Diniz, RN.
Joana Santos, SOS Corpo, FMPE, Recife – PE.
Verônica Ferreira, SOS Corpo, FMPE, Recife – PE.

Participantes do Seminário Nacional

13 a 16/ de agosto de 2009

Nome	Estado
Jolúzia Batista	Rio Grande do Norte
Daiany Ferreira Dantas	
Juliane Karla de Oliveira Ataíde	
Cláudia Gazola	
Ana Cláudia Mendes da Silva	
Doris Margareth de Jesus	Paraná
Gláucia Diniz	Distrito Federal
Natália Mori Cruz	
Kaká Verdade	



Maria Betania Serrano de Andrade	Pernambuco
Sueli Valongueiro	
Eliane Maria Florêncio da Silva	
Elizete Maria da Silva	
Eliane Maria Nascimento da Silva	
Juliana Cecília de Carvalho	
Lyvia Tavares Félix do Carmo	
Domitila Almeida de Andrade	
Verônica Ferreira	
Carmen Silva	
Joana Santos	
Louisa Huber	Bahia
Marta Leiro	
Jaciara dos Santos Sacramento	
Maria Soleneide Rodrigues do Nascimento	
Sandra Muñoz	Goiás
Marta Cezaria de Oliveira	
Myriam Aldana	Santa Catarina
Alessandra Araújo de Souza	Paraíba
Francisca Maria Rodrigues Sena	Ceará
Tassiana Lima Alves	
Neudenis Albuquerque	
Lídia Elaine da Costa Trajano	Amapá
Nilde Maria Fernandes de Sousa	Pará
Ana Lúcia da Conceição	Espírito Santo
Elzilene Libório de Lima	Roraima
Florilena Gomes Aranha	Maranhão
Janaína Santos Oliveira	Rio de Janeiro







Este livro foi impresso no inverno de 2010,
utilizando Candara, em sistema offset,
impresso pela Provisual Gráfica e Editora Ltda.
para a Articulação de Mulheres Brasileiras,
em papel Reciclato 75g (miolo) e Reciclato 240g (capa).
Finalizado em agosto de 2010.

